

I Seminário de Intercâmbio de Experiência de Educação Escolar Indígena do Amazonas

Escola Diferenciada



6 – 9 Março 2013

Aldeia Nova Esperança, TI Andirá-Marau, AM

Organizado por:

Associação dos pais e mestres da aldeia Nova Esperança (Sateré-Mawé)

ICEI (Instituto Cooperação Econômica Internacional)

Secoya (Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami)



Sumário

| | |
|--|----|
| Siglas | 3 |
| Introdução | 4 |
| Abordagem Educação Indígena no Amazonas | 6 |
| Universidade Estadual do Amazonas / UEA..... | 6 |
| Universidade Federal do Amazonas / UFAM | 7 |
| Instituto Federal do Amazonas / IFAM..... | 7 |
| Gerência de Educação Escolar Indígena..... | 8 |
| Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas / CEEI-AM | 10 |
| Apresentação de Experiências..... | 14 |
| Experiência Sateré-Mawé..... | 14 |
| Experiência Ticuna..... | 16 |
| Experiência Tuyuka | 18 |
| Experiência Matis/Marubo, Vale do Javari..... | 21 |
| Experiência Yanomami, Rio Marauíá | 22 |
| Grupos de Trabalho..... | 27 |
| Tema 1: Aspectos Pedagógicos e Metodológicos da Escola Escola Diferenciada..... | 27 |
| Tema 2: A riqueza e Especificidade das Experiências de Educação Escolar Indígena. | 30 |
| Sessão plenária | 32 |
| Discussão Política sobre Educação | 35 |
| Documento Final / Propostas | 40 |
| Documentos anexos..... | 41 |
| Anexo 01: Documento final do Seminário: Propostas e Recomendações..... | 41 |
| Anexo 02: Relação dos Participantes: | 44 |

Siglas

| | |
|---------|--|
| CASAI | Casa de Saúde Indígena |
| CEEI/AM | Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas |
| CGTSM | Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé |
| CGTT | Conselho Geral da Tribo Ticuna |
| CIMI | Conselho Indigenista Missionário |
| COIAB | Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira |
| COMIN | Conselho de Missão entre Índios |
| COPIAM | Comissão de Professores Indígenas do Amazonas |
| DSEI | Distrito Sanitário Especial Indígena |
| FOIRN | Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro |
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio |
| ICEI | Instituto de Cooperação Econômica Internacional |
| IER-AM | Instituto de Educação Rural do Amazonas |
| IFAM | Instituto Federal do Amazonas |
| ISA | Instituto Socioambiental |
| MEC | Ministério da Educação |
| OGPTB | Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingue |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONG | Organização Não-Governamental |
| OPAN | Operação Amazônia Nativa |
| PROERG | Pró-Reitoria de Ensino de Graduação |
| PROLIND | Programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica |
| SECOYA | Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami |
| SEDUC | Secretaria de Estado de Educação |
| SEIND | Secretaria de Estado para os Povos Indígenas |
| SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
| SESAI | Secretaria Especial de Saúde Indígena |
| SGC | São Gabriel da Cachoeira |
| UEA | Universidade Estadual do Amazonas |
| UFAM | Universidade Federal do Amazonas |

Introdução

O Seminário de Intercâmbio de Experiências de Educação Escolar Indígena do Amazonas ocorreu na aldeia Nova Esperança, rio Marau, território Sateré-Mawé entre os dias 6 a 9 de março 2013, com o objetivo de promover intercâmbio entre professores indígenas Ticuna, Marubo, Matís, Kokama, Tukano, Tuyuka, Yanomami e Sateré-Mawé e discutir a realidade atual no campo das políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena no estado do Amazonas.

O Seminário foi organizado pela Associação dos Pais e Mestres da aldeia Nova Esperança, pela Associação Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami-Secoya e pelo Instituto Cooperação Econômica Internacional-ICEI e contou com a presença das seguintes instituições: Universidade Federal do Amazonas; Universidade Estadual do Amazonas; Instituto Federal do Amazonas IFAM - Campus Maués; Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas; Gerência de Educação Escolar do Amazonas.

Os trabalhos foram iniciados com as boas-vindas do tuxaua Messias e do capitão Jeremias da aldeia Nova Esperança e com a proteção espiritual do pajé Aristides. Em seguida, houve a apresentação de todos os participantes bem como das equipes da Secoya e do ICEI.

A pauta foi aprovada em seguida bem como os horários de trabalho, que foram definidos da seguinte forma: 08:00 -12:00 de manhã e 14:00 -17:30, pela tarde (sem intervalo). As noites foram reservadas para atividades culturais.

Foi então apresentado um resumo do projeto Vintequilos, que simboliza a exportação dos vinte primeiros quilos de Guaraná tradicional Sateré-Mawé para Europa. Sydney, o responsável do projeto Vintequilos no rio Marau explicou ainda a importância do Consórcio dos produtores, que abrange todo o rio Marau.

Os doze (12) professores Sateré-Mawé presentes no encontro se apresentaram e salientaram a contradição existente entre a legislação brasileira que contemple a especificidade da educação escolar indígena através de diversas leis em nível federal e estadual e a realidade das escolas indígenas onde as mesmas não são implementadas. Reforçaram ainda a necessidade de consolidar as lutas para a efetivação desses direitos.

Segundo o Aristides, existem muitos livros na língua Sateré-Mawé, sobre a história, as plantas medicinais, a cultura. Mas isto representa apenas uma parte do trabalho de educação diferenciada, muitos outros elementos não foram trabalhados mais profundamente para efetivar uma educação de fato diferenciada.

Jesiel levantou o questionamento de como se pode alcançar uma educação de qualidade? Só mudando a língua não faz educação diferenciada. Já foram feitos três outros seminários na aldeia de Nova Esperança, com o povo Sateré-Mawé, mas isso é o primeiro intercâmbio de professores de várias etnias indígenas do Amazonas.

Tem que pensar em uma educação diferenciada que nós indígenas queremos, não educação diferenciada como é pensada pelos não-indígenas. Tem que defender para fora, mas também tem que vivenciar isso para dentro das aldeias.

Silvio informou que durante a sua experiência indigenista, teve a possibilidade de conhecer duas realidades da educação diferenciada: a realidade das políticas, e a realidade dos processos educativos tradicionais que acontecem nas aldeias. O problema é que essas duas realidades muitas vezes não se cruzam. A comunidade inteira está envolvida no processo da educação. A escola formal que está vindo de fora, não combina com o ritmo dessas realidades indígenas, diversas e específicas. Vamos dialogar sobre essa escola que vem da sociedade brasileira, se ela respeita as especificidades das realidades indígenas.

Jesiel retoma a discussão salientando a importância que o processo seja bem discutido com as comunidades. Chamou então o tuxaua Bernardo para orientar a respeito do *Patavi*, ritual para tomar o *sapo*, bebida tradicional do guaraná. O mesmo explicou que os Sateré-Mawé dizem: “Vamos tomar a nossa vida”, e tomam o Guaraná. E a primeira coisa que os Sateré-Mawé oferecem quando chega visita, como os não-indígenas ofereçam café. O tuxaua pediu desculpa pela demora na explicação em Sateré-Mawé, mas acha importante ter momentos como este de resgate cultural. Essa discussão começou há 30 anos atrás, mas agora enfraqueceu ao ponto de se encontrar como estava há 30 anos atrás. Mas essa discussão de educação escolar diferenciada é a retomada daquilo que falávamos nos anos 80 e 90, falando dos elementos fundamentais para retomar os valores culturais. E uma das coisas que temos é justamente o *Patavi* (estrutura de cipó que serve como altar que segura a cuia em qual é servido o guaraná) que representa aquilo que suporta todo o universo, o mundo. A cuia e a bebida que se encontra dentro simbolizam o sobrenatural. Nos seres humanos somos compostos de carne, ossos, mas quando nos dirigimos aos outros, na casa, na sala de aula, e nos momentos importantes como agora, não é uma pessoa que está se comunicando. Essas palavras bonitas, ao falar de desenvolvimento, progresso, as palavras vem do criador que se manifesta, se comunica. E este fato, a manifestação do ser superior que é o espírito introjeto dentro do líquido através da fala de quem está explicando aqui, falando com vocês. E quando você vem tomar essa bebida, não é simples bebida que está tomando, é essa força sobrenatural que vai dar clareza para você se comunicar com os outros. Para dar uma boa administração, para tomar de conta de uma família, da comunidade, para liderar outras pessoas, para você realizar o seu projeto de vida. Esses elementos são sagrados e hoje, apesar de ter quedas, trazemos dentro de nós esse respeito. Isso aqui ficou esquecido há quase um século. A gente se perguntava se estava tudo perdido. Quando houve mudança na constituição federal, a gente se preocupou em discutir esses valores nossos. E um deles é justamente esse do guaraná. Outros tão em processo de resgate.

A noite aconteceram uma série de atividades culturais: Foram apresentados vídeos sobre a vida nas aldeias Sateré-Mawé, sobre como plantar e tirar mandioca, como fazer cesto, como buscar uma canoa que foi feito na floresta, como fazer *Patavi* e sobre o ritual da Tucandeira.

Foi apresentado o filme sobre a origem dos alimentos “O Menino Manoki”, e cada povo indígena presente apresentou uma dança: a dança do gavião e a dança do juruti dos Sateré-Mawé, dança de queixadas e dança da tamanduá do povo Matis, uma dança do povo Yanomami, e cantos dos povos Marubo e Sateré-Mawé.

Nesse ambiente banhado de cultura tradicional, foi realizado pelo pajé Aristides uma rara apresentação do *Porantin* (chamado de *Puratig* em Sateré-Mawé). O mesmo explicou que somente existiam ainda 3 *Porantin* na área Sateré-Mawé, sendo um na aldeia Nova Esperança. Segundo Aristides, outros foram levados para Europa pelos colonizadores, dizendo que se os originais ficassem, iria acontecer briga entre os clãs. Tem muitos livros escritos sobre o *Porantin*, mas todos escritos por não-indígenas. Esse instrumento foi feito pelo espírito mal, pelos demônios.

O tuxaua chegou para apresentar o *Porantin* e os professores fizeram uma descrição do *Porantin* que foi de extrema importância revelando o processo histórico de contato e de luta dos Sateré-Mawé através dos grafismos e desenhos elaborados no *Porantin*.

Em relação ao processo educacional do mundo dos brancos no território Sateré-Mawé, foi explicado a chegada da escola na TI Andirá-Marau em 1958. O movimento indígena começou em 1970.

Tudo que nos conseguimos foi através dessa luta. Não chegou nada de graça. Hoje ainda tem problemas para enfrentar. Mas para isso estamos aqui. Quero fazer 120 anos para defender o nosso povo. Atualmente estamos lutando para ter licenciatura Sateré-Mawé.

Tem outros parentes, os não-indígenas, e precisamos de educação para entender eles.



Abordagem Educação Indígena no Amazonas

Universidade Estadual do Amazonas / UEA

A professora Romy Guimarães Cabral considerou importante informar a realidade dos cursos de formação oferecidos pelas diversas instituições que atuam com a educação escolar diferenciada. Por um lado, se coloca que somente se pode concorrer a vaga do concurso público alunos do Pirayawara. Mas quando se fala de pedagogia intercultural, o professor indígena nunca vai se encontrar no mesmo nível que o Pirayawara. O pedagógico intercultural e um curso de pedagogia não é apenas para licenciar os professores. Ele tem um alcance para atender do 1º a 5º ano.

Quando fala de pedagogia intercultural, a gente fala do nível superior, mas não impede de trabalhar com nível médio. Qual a formação diferente? O pedagogo é formado para atuar no 1 a 5 ano mas também para realizar pesquisa, etc..

Qualquer um pode ser gestor hoje. Até outras instituições hoje abrem vagas para pedagogos como a Petrobras ou a assembléia Legislativa.



A gente precisa dar valor ao curso de pedagogia intercultural. O projeto também não tem nada a ver com o projeto tecnológico, o Ingarité da SEDUC. Porque é muito diferente um ensino superior. O sistema IP.TV ocorre dentro de uma plataforma da internet que funciona em tempo real e transmite as aulas para as aldeias. São recursos tecnológicos que a gente precisa para as aulas. Isto porque a gente precisa de registro. São ferramentas importantes.

O uso do sistema IP.TV tem a preocupação da necessidade de acompanhamento dos adolescentes, porque muitas vezes se liga a TV e os alunos são deixados. O pedagógico oferece livros, atividades pedagógicas através de professores qualificados.

Não podemos desmerecer nenhuma outra forma de capacitação.

Precisamos valorizar todos os espaços. O edital não pode ser

fechado para um grupo de pessoas. Concurso publico é para todos... publico já define isto.

As dificuldades tidas no curso tecnológico a distancia se devem não tanto ao professor ou a TV, mas decorrem mais da carência do professor assistente que não consegue oferecer a assistência necessária aos alunos.

Universidade Federal do Amazonas / UFAM



O PROLIND da UFAM é uma ação de apoio à formação de professores indígenas em nível superior para docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio (6º ao 9º ano). Essa formação ocorre em cursos específicos – as Licenciaturas Interculturais – de acordo com a realidade sociocultural, sociolinguística e os projetos societários do(s) povo(s) envolvido(s). Os cursos são modulares, através do sistema IP.TV, duram em média 4/5 anos, e são organizados em Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade (alternância).

Já houve um primeiro curso de geografia, é construído em cursos modulares.

O programa visa responder pela formulação de políticas públicas de valorização da diversidade e promoção da equidade na educação, por meio de formação e capacitação de professores em nível superior. O objetivo é ampliar da oferta de toda educação básica nas escolas indígenas. Segundo dados do Censo Escolar 2008/INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), os alunos indígenas estão concentrados nos anos iniciais do ensino fundamental – 75,3 %; nos anos finais são 19% e no ensino médio são 5,5%. Isso mostra a enorme exclusão na oferta da educação básica e a formação de professores indígenas no ensino superior, e a importância de se implementar uma política para superar esses indicadores.

Instituto Federal do Amazonas / IFAM

O IFAM não tem experiência na área de educação escolar diferenciada, mas a proposta do IFAM e de trazer o PROERG através do curso de agropecuária. Fazemos parte de uma Comissão que vai discutir a formação dos professores que vão trabalhar a educação diferenciada. A comunidade vai discutir o projeto que querem para eles.

As comunidades têm tudo que o precisa para a implantação de cursos na área de piscicultura, agropecuária, melinopicultura e apicultura e mesmo agroindústria.

Os alunos vão sair como técnico em agropecuária. Vamos conversar o perfil do aluno, do professor, os conteúdos com a comunidade.



A região tem carência alimentar. A população foi aumentando e a produção de peixe já não atende. Uma das coisas que fazemos é o projeto Pé de Pincha. A idéia é de que possam se alimentar como os quelônios, de forma sustentável. O objetivo é criar uma consciência, para poder conseguir fazer a criação comunitária desses animais, seja de quelônios ou de peixes.

Para isto, pretende-se fazer a estrutura de

barragens, com os alunos para adquirirem a parte prática através da implantação da piscicultura.

Os próprios alunos vão ser técnicos dos projetos da comunidade, através de uma perspectiva de agroecologia. O curso de agropecuária apresenta maior viabilidade, através de sistemas agroflorestais. Vários alimentos podem ser utilizados para a criação. Também a apicultura, e o reforço da agricultura, agregando valor dos produtos da roça, como estão fazendo com o guaraná.

Nesse sentido, as metodologias discutidas levantadas nesse encontro poderão ser utilizadas nesse novo trabalho. Inclusive incluindo novas matérias com esses conhecimentos através do plano de curso, adaptado a necessidade das comunidades.

O projeto tem a intenção de ofertar cursos para atender a demanda das comunidades.

Existe a necessidade de montar o plano de curso, e os conteúdos a serem incorporados de modo a fazer que as políticas públicas sejam coerentes com a realidade das comunidades.

O curso depende de um processo de aproximação para que a voz da comunidade seja presente no projeto. Queremos que o curso tenha a legitimidade necessária, e para tal precisa dos parceiros e apoio das comunidades.

Tudo vai ser discutido para a construção dos projetos de cursos.

Vamos já marcar o nosso retorno, e vamos precisar o apoio do CEEI-AM para trabalhar a metodologia desses cursos.

Ely, do CEEI-AM levanta a preocupação em relação a necessidade de respeitar o ritmo das comunidades no sentido de preparar o processo para evitar fracasso e o esvaziamento dos participantes nos cursos. É importante cuidar para evitar que o processo não seja orientado tão somente em vista da dinâmica de mercado.

Gerência de Educação Escolar Indígena

A prof. Otacila Lemos Barreto, indígena Tukano, apresentou os trabalhos da Gerência: Estamos discutindo a questão da educação indígena, sou indígena e eu sei falar a minha língua também. Temos a nossa caminhada, e somos nós mesmos quem temos que lutar. Hoje temos o que nos conseguimos. O trabalho da gerência, não está atendendo como deveria. Estamos dentro do sistema. Avançamos bastante em relação à formação. A prof. Alva Rosa está à frente da gerência há 4 anos. Foi uma reivindicação dos povos indígenas. Assumiu quando a formação de professores indígenas estava em crise. Articulações foram feitas e as comunidades escolheram. Quem avalia, quem analisa são vocês. O que está faltando se o próprio governo já deu abertura para isso? Os pareceres 14, 13 e 31 são provas disso. Vamos verificar o que precisa ser implementado. A formação dos professores indígenas deve acontecer em primeira mão nas aldeias. Quem tem que tomar a frente para acontecer na aldeia são os professores, precisa de infraestrutura, condições. O que a comunidade, o município e o estado fazem é muitas vezes desarticulado. Tem que funcionar em regime de colaboração.

Na área Tuyuka não tem ensino médio. Vamos fazer o levantamento para verificar se tem o quadro necessário para implantar o ensino médio. Já foi implantado no alto Rio Negro e Tabatinga.

Estamos tentando igualar. Estamos tentando realizar o concurso público. Temos profissionais. Professores do projeto Pirayawara, eles são professores pesquisadores. É necessário nos organizar para superar os problemas. Tem no estado, no município, na aldeia. Mas temos indigenistas, temos doutores, temos colaboradores. Mas e nós, como ficamos com a nossa cultura a disposição de todos? Construíram material didático nos Tuyuka. Tem lideranças representando o povo. Mas como contribuimos com eles para o trabalho que fazem. A gerência está à disposição. Recursos têm. A gente não tem como acessar esse dinheiro direto. Mas prendem e tem muita burocracia.

Podemos fortalecer o nosso trabalho lá dentro a partir das propostas que surgem daqui, das bases.

Tem cacique que não consulta a base, nem tampouco representantes consultam. Preciso haver diálogo nessa relação entre aluno, professor e comunidade. Quem são as pessoas que podem nos assessorar? Tem que valorizar o profissional da base. Muitas vezes, não valorizamos o próprio parente.

Maués está na formação da 3ª turma. Mas teve problemas, atrasou. Este ano deve acontecer outro curso. De fato, às vezes ocorre favoritismo de parente, isso não pode acontecer.

Um participante queria entender melhor a respeito do projeto Pirayawara. Queria saber se o projeto foi reformulado ou ainda é o projeto que foi criado em 93.



Otacília destacou que muita gente criticou que precisa ser refeita. Tentamos enviar o projeto para as secretarias, mas sem resposta. Mas lendo o projeto, o que dificulta é a metodologia. O projeto em si não tem problemas, apenas necessita de alguns ajustes. Precisa agora avançar na discussão da matriz curricular para as escolas indígenas. Cada professor faz o que dar na cabeça. Mas essa matriz vai ser discutida agora em abril, primeiramente com as escolas estaduais e depois municipais. É uma novidade.

O projeto foi discutido quando da passagem do IER-AM para a SEDUC. A articulação com o município aconteceu e hoje temos a Gerência de Educação Escolar Indígena e a maioria dos municípios está aplicando a educação escolar indígena. Isto foi discutido no encontro dos secretários municipais de educação o que provocou um aumento da procura para a educação escolar indígena. Contudo, em muitos municípios, o representante é ainda não indígena quando tem indígenas capacitados para isto.

A gerência está contente de ver que os povos estão construindo as escolas indígenas que eles querem, e ela é a disposição para ajudar. A equipe é formada de 12 técnicos de formadores.

O Projeto Político Pedagógico-PPP é o norte das escolas. Lá dentro deve constar o perfil do professor também. Na aldeia ele tem que fazer auto-avaliação do próprio trabalho. Deve ser fazer perguntas do tipo: que forma tem que trabalhar para ser uma escola diferenciada? Meus alunos estão aprendendo? Estou atendendo os anseios da minha comunidade?

Todos os alunos devem estar cadastrados no censo. A lei é feito de direitos e deveres, então também tem que lembrar essas coisas. Tem que cumprir o papel do professor, do profissional, que é de dar aula. Não dá para ficar muito tempo fora, na cidade, ou ficar parado dentro da comunidade. A SEDUC não está presente todos os dias, quem está presente todos os dias na comunidade, são os professores, são os alunos.

Observando as crianças hoje aqui na área Sateré-Mawé, fico alegre em perceber que eles falam só na língua deles. Porque antigamente não era assim. Infelizmente, reconheço que nem eu tive a oportunidade de passar por uma escola diferenciada.

Joede pergunta quais são os projetos que tem hoje para os povos indígenas no Estado do Amazonas?
Quais são os projetos dos futuros quatro anos?

Otacília: O governo está dando seqüência ao programa de formação de professor que é o Pirayawara. Tem ainda alguns projetos específicos como e o caso dos Marubo e dos Mura de Borba e do baixo Madeira. Tem alguns ajustes a serem feitos no programa, mas ele está em execução.

Poderia ser feito 2 cursos por ano, fazendo com que o processo de formação pudesse ser concluído em 5 anos. Mas não acontece pela falta de interesse dos municípios.

Estamos inserindo assessoria dentro da secretaria para avançar no processo. Mas ocorrem conflitos, como aconteceu em Atalaya do Norte, onde é comum ouvir que um índio bom e um índio morto.

Para o futuro, junto ao Conselho, estamos vendo a construção de escolas. O projeto iniciou há 7 anos mas somente agora que vem sendo executado. O futuro depende muito das formações. Deveria agora dar seqüência para formação universitária com a UFAM e a UEA. Isto está acontecendo pela UFAM em

Borba, com os Sateré e Munduruku e em Autazes com os Mura. São os professores oriundos do Pirayawara.

Jocimar Sateré: Aonde pode ser ofertada essa formação?

Otacilá: O concurso público vem sendo solicitado há 3 anos pela falta de professor para atender a atual demanda. O Programa Ingarité: ensino médio mediado por tecnológico (IP.TV). Será que ta dando certo? Vamos analisar.

Alfredo Marubo: Os professores do Javari são atrasados. Os professores não têm como atuar do 6º ao 9º ano.

Otacilá: Está errado, mas não tem pessoas qualificadas. Então vale através da formação continuada. Mas quem pessoas formadas querem ir. Não querem ir. Por isso que os professores são em formação que atendem essa demanda do 5º ao 9º ano. Não tem profissionais para atender.

O intercultural esta ai para atender essas vagas. O Pirayawara atende o 1º a 5º ano.

O Silvio da Secoya manifestou então sua preocupação em relação a estratégia do governo no tocante a construção de escola, e como isto é feito no sentido de respeitar a vontade das aldeias numa perspectiva diferenciada. Parece que as exigências administrativas e burocráticas tendem a homogeneizar não apenas as estruturar, mas os modelos de educação apoiadas pelo governo.

Otacilia: Até o momento não tem uma política clara. Mas em abril vamos ver se avançamos na discussão. Isso tem que ser construído e amarrado em algum momento. As perspectivas são muito grandes e o pessoal da base tem que se manifestar para a gente.

Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas / CEEI-AM

Ely Macuxi iniciou sua apresentação relembando que o Conselho é uma instância de controle social. Só que não está funcionando. Vamos trabalhar junto nessa ocasião com muitas pessoas preocupadas presentes.

Os povos indígenas têm que continuar “segurando o céu”, quer dizer manter a cultura, senão vai cair em cima de nós. A cura tradicional que nós temos, muitas vezes é perdida. Muitas indígenas acham que têm a solução nas cidades e correm para lá. Temos um depoimento de viver com a família, na natureza. Vamos defender a natureza, as nossas línguas, a nossa forma de viver. Assim estamos respeitando os nossos antepassados.

Escola ou saúde diferenciados só foram conseguidos por causa de muita luta e sofrimento dos antepassados, desde o “descobrimento” do Brasil. E isso que estamos nos perguntando agora, depois de 25 anos: O que é mesmo essa escola diferenciada? Para que escola em geral? Para ter contato com a sociedade brasileira?

Estamos no caminho de tentar entender o que é essa escola diferenciada, então temos que continuar discutindo sobre isso. Tem recurso para escola indígena. Da parte do governo, não basta só disponibilizar o dinheiro, mas eles também têm que ajudar nesse caminho, para achar soluções.

O movimento social perdeu força. Somos nós, indígenas, que temos que falar.

Temos uma Secretaria Estadual de assuntos indígenas. Temos uma gerência de educação, temos Amarildo Muduruku na Presidência do Conselho de Educação Escolar Indígena, os indígenas estão aí. Têm recursos. Foi nos dado o direito de coordenar esses processos. Então tem que ser discutido e esclarecido entre nós, para identificar onde estão os problemas. Os indígenas têm que fazer alguma coisa, têm que assumir. Não dá mais para dizer/fingir que não entende.

Tem lideranças que nem são lideranças de verdade, que não passaram pelo ritual. Tem dinheiro para fazer um território etno-educacional.

O que afinal das contas nos queremos?

Se quisermos melhorar as nossas condições de vida, não dá para ficar de braços cruzados.

Estou cansado de eventos que só distribuem camisas, promovem visitas a pontos turísticos e fingem de tudo estar bem, sem perguntar de verdade, porque está tendo esses problemas.

Precisamos esclarecer o que queremos com a escola. Os cursos têm que acontecer nas aldeias, porque é aí aonde vai se transformar em escola, em materiais didáticos etc., e não na cidade. Não basta só falar a língua indígena dentro da escola para ela ser de fato uma escola diferenciada. Isto inclui o pensar indígena, respeitar a ancestralidade, pensar coletivamente, as crenças. O eu só é verdadeiro, quando o outro está bem. Está tendo muita inveja, quando um tem mais do que o outro. Isso está chegando com os salários, bolsa família. Agora já tem aldeias Sateré que cercam as casas deles, dividindo tudo.

No início as pessoas perguntaram: Porque o salário do professor tem que ficar só na mão dele, se ele está dependendo de eu mandar meu filho da aula dele para ele receber?

As políticas chegam aí, sem perguntar. Um monte de projetos. Chega muito dinheiro, sem ter uma discussão dentro das aldeias sobre o dinheiro. Para que precisam de dinheiro? O que fazer com o dinheiro? A intenção da minha fala é de chamar atenção dos parentes.

Joede: Na região do Marau, os indígenas esqueceram um pouco de trabalhar no movimento indígena. Hoje, tem pessoas que se chama liderança tradicional, que não usa cocar, não faz o ritual da Tucandeira. Mas para ser líder indígena, precisa conhecer o mundo indígena.

Quando era criança, tinha uma grande liderança, que era muito participativo. Hoje já não tem mais isso. Hoje nem tudo mundo participa das decisões, assim aconteceu com a escola diferenciada. Conseguimos colocar alguns indígenas na COIAB e outras instituições. O espaço já conseguimos. O que realmente aconteceu com o movimento indígena? Aconteceu a mesma coisa com a saúde indígena. Na SESAI, eles falam que só tem recursos para trabalhar nos pólos. Será que o problema é nosso ou é do sistema, ou ainda do governo? Temos que fazer uma reflexão sobre o que aconteceu com os povos indígenas.

O processo de ir para cidade está sendo muito difícil.

O tuxaua aqui era uma alegria. Mas isso acabou. O que aconteceu? Para onde que nos vamos? O que queremos?

Bernardo: Qual é realmente a função do conselheiro de Educação. Falta a transmissão de informação para a aldeia.

Alencar: Porque ele está sendo pago como professor indígena? Já sou professor sem ninguém me pagar. Porque isso se perdeu? Agora os professores só dão aula se receberem salário.

Nonato: O estado está pagando, porque ele pensou que trocar o professor não-indígena para indígena, ia resolver a problema.

Ely: Isso é uma política pública. Mas o princípio da educação indígena é diferente. Agora os professores têm outro status, muitas vezes os velhos e as mulheres não estão mais ouvidos.

O CEEI é um órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento técnico sobre as matérias relativas às ações e projetos de educação escolar desenvolvidos junto as comunidades indígenas do Amazonas, em todos os níveis e modalidades de ensino. É parte integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino /SECUC-AM.

Os conselhos apareceram como um instrumento de controle social para controlar se a política tem a qualidade e corresponde aos objetivos, aos quais os recursos foram alocados. O assessoramento técnico seria outra função do conselho. Estar junto com as comunidades, acompanhar todos os programas e projetos.

Foi instituído por meio de decreto 18.749 de 06 de maio de 1998, durante a realização do I seminário de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas no período de 11 a 14.5.1998, promovido pelo extinto Instituto de Educação Rural do Amazonas IER-AM, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Educação e Desportos. Teve seu Regimento Interno aprovado por meio do Decreto No 20.819, de 29 de março de 2000.

É importante explicar como funciona o Conselho. Estão poucas pessoas trabalhando lá. O conselho ainda é de assessoramento. Não são eles que decidem sobre os documentos. Quem faz isto é o chamado Conselhão, que é o Conselho de Educação do Estado do Amazonas.

Objetivos do CEEI-AM:

- Criar mecanismos para garantir aos indígenas do Estado do Amazonas uma Educação Escolar intercultural, bilíngüe, específica e diferenciada, de acordo com as diversas situações lingüísticas e os interesses dos povos indígenas, na busca da conquista da autonomia socioeconômica e cultural de cada povo.
- Incentivar e apoiar ações, propiciando condições de intercâmbio entre populações indígenas e não-indígenas visando ao muto conhecimento e a quebra de preconceitos.
- Constituir-se em um órgão consultivo para as comunidades indígenas e seu corpo docente, em assuntos pertinentes a Educação Escolar Indígena.
- Deliberar a política estadual para a educação escolar indígena.
- Assessorar os Municípios na definição e implantação de suas políticas educacionais para as escolas indígenas.
- Acompanhar financiamento de projetos educacionais dirigindo para as escolas indígenas, bem como estimular os processos de capacitação de recursos para os mesmos.
- Estimular e apoiar ações que possibilitem uma educação escolar indígena contextualizada, visando à reconstrução e afirmação de sua memória histórica e cultura. Favorecendo e reafirmando sua identidade étnica, o estudo e a sistematização bem como a valorização da própria língua, cultura e ciência, sistematizada em seus etnoconhecimentos.

Composição do CEEI-AM:

16 membros representantes de Organizações Indígenas,

05 representantes de Organizações Não-Governamentais (CIMI, OPAN, COMIN, ISA, Secoya),

06 representantes do Setor Público. Sendo ao todo 26 membros-conselheiros. Amarildo dos Santos Maciel, do povo Munduruku, é o presidente atualmente.

Assessoria: Como parte desta medida, contamos com o apoio do Professor – Mestre, Clóvis Fernando Palmeira Oliveira, que vem assessorando técnica, administrativa e pedagogicamente este egrégio Conselho. Recentemente, compôs a equipe técnica o Prof. Ely Ribeiro de Souza e Zélia laraia.

Missão do Conselho: O CEEI-AM se constitui num espaço de interlocução, reflexão e produção de conhecimento sobre o campo da educação escolar indígena, assim com o um espaço de articulação política de educadores e organizações indígenas e não-indígenas. Além de representar, visa, fundamentalmente, atender as necessidades e interesses demonstrados pelos povos indígenas quanto à construção de seu modelo de educação escolar.

Desde 2007, vem realizando estudos e levantamento de dados, visando realizar um balanço crítico acerca da educação escolar indígena até hoje construída no Estado do Amazonas, com base nos processos e políticas de escolarização e formação de professores indígenas; bem como reivindicações apresentadas pelas comunidades indígenas, entre outras práticas e contextos de escolarização indígena, visando assim, um processo de educação escolar indígena mais amplo, não emergencial, mas que possa abranger questões como território, saúde, meio ambiente e auto-sustentabilidade.

A luta sempre será por nossas crianças. Tratar bem a nossa escola é assegurar um mundo melhor para elas.

Silvio: os conselhos, quando foram construídos, foram pensados para o processo ser mais participativo, para o povo participar nas decisões. Mas se tornaram em espaços de controle do Estado sobre o povo. O povo é manipulado. Temos que resgatar o controle do povo. Os conselheiros conhecem a realidade dos povos deles, mas o conselho não consulta a base. Os representantes são um elo entre as comunidades e o conselho. Tem que ter uma discussão de que forma o conselho cumpriu o seu papel. Teria que ter momentos de reflexão, capacitação. São 66 Municípios e muitas línguas. Quer lembrar, que o conselho é um instrumento muito importante, mas que não está conseguindo cumprir o seu papel.

Romy: O Conselho é consultivo. Os povos indígenas só poderiam consultar o conselho. Em 2001 foi feita a resolução 011, que queria que as comunidades indígenas e as escolas indígenas seriam reconhecidas. Hoje já tem no Amazonas lugares que tem 4 línguas oficiais, como em São Gabriel da Cachoeira e não só o Português. Às vezes nos temos que lembrar os conselheiros de consultar as bases. Quando o Conselho começar a ser normativo, é o momento de lutar mais ainda. Não adianta jogar a culpa sempre só para o conselho, quando a educação não está funcionando na comunidade.

Nonato: Antes o conselho era consultivo, agora é deliberativo, e está querendo ser normativo. O objetivo do CEEI “*deliberar* a política estadual para a educação escolar indígena” está contradizendo a declaração 169 da OIT que diz que os povos indígenas podem decidir sobre a educação deles. Os povos indígenas têm que ser consultados antes de aplicar qualquer política em terras indígenas. Só tem um jeito para mudar isso: se mobilizar. Pergunto finalmente vocês confiam acreditam nos vossos representantes?

Joede pergunta: O estado é responsável para educação escolar indígena. Porque o Conselho não intervém?

Ely: Papel do Conselho de assessoramento, acompanhamento, mas não acontece o papel de intervenção. Isto pelo fato da estrutura federativa que faz que o estado não possa intervir nos municípios, mas sim dialogar, conversar. A intervenção acontece através dos Conselhos Municipais, que tem esse papel de fiscalizar inclusive o uso dos recursos repassados. A escolha dos representantes passa pelas instâncias de decisão, por exemplo, Sateré, para que o conselheiro atue na perspectiva traçada pelo povo.

Alencar: Quando se fala Conselho, vou contradizer o que fala do Conselho de Educação. Parece que o Conselho é um abraço de misericórdia! Há muito tempo se cria os conselhos, tem o Conselho da União a nível federal, tem a nível estadual, tem nos municípios... nunca funcionou para nós. A gente acompanha esses conselhos. Fala dos problemas, mas hoje não temos uma escola construída do estado na área Sateré. Muitas vezes foi pedido, mas não conseguimos. Nenhum conselho do governo em que participamos não funciona, na saúde na educação, é igual. O espaço dos conselhos não serve para nós.

Porque não pensarmos fazer o nosso movimento para ser reconhecido como diferenciado? No conselho contradiz a nossa realidade quando fala que delibera a política da educação escolar no estado, ele deveria acatar as definições do povo. Mas o Conselho define a política do governo para a educação indígena.

Por exemplo, na secretaria do município, tem um pedagogo, mas que não é indígena. Os governos federal, estadual, municipal devem nos ouvir. Acabou agora o puxirum para fazer trabalhos juntos. Agora só querem viajar de voadeira.

Vou repetir, o Conselho é o abraço de misericórdia da onça. Quando fui conselheiro da saúde tivemos que brigar para ter um Conselho de Saúde em Parintins. Esse seminário é importante para levar a discussão na aldeia, e levar os nossos questionamentos para o governo, para o Conselho, mesmo se lá vão perguntar por que fez a consulta, e trouxe proposta contrária ao governo.

Temos que usar os nossos instrumentos, nos unir, aprender mais e saber valorizar o nosso povo.

Geraldino Tuyuka: Já entendi a idéia centralizadora do governo em relação aos conselhos. A gente sempre vê as mesmas pessoas nos conselhos. Só querem dinheiro. Se não querem defender o povo então chama um conselheiro que quer defender o povo e levar as causas da educação escolar diferenciada.

Conseguimos uma vaga na secretaria. Mas após um ano, é importante que o representante volte para a comunidade, não pode ficar a vida toda na cidade, tem que voltar para a aldeia. Para os representantes, também tem que ser assim.

Paulo Marubo: Os conselheiros vão buscar informação do que acontece na comunidade. A gente indica a pessoa para o Conselho. Falta de respeito do município ou SEDUC, e não somos ouvidos. Colocamos os nossos parentes como testa de ferro. Colocamo-los para defender o povo não para defender o governo. Não queremos o que está acontecendo. Estamos sendo usados. Mas as coisas não avançam. Recentemente, eu estava na minha aldeia, em Vida Nova, onde querem colocar o pólo de educação, mas não vai melhorar, e só para nos agradar. As autoridades não nos reconhecem de verdade.

Jesiel: Concordo com o parente. Temos representantes em vários lugares, mas que não conseguem nada, não são respeitados.

Ely: O Conselho não é independente. Faz parte da estrutura do estado. O estado dar um lado, mas tira do outro. Alguns conselheiros têm atuado mais do que outros. Mas dependendo do profissional, ele vai cumprir com o seu trabalho. Se o cara não tem seriedade, muita gente sai de lá e não tem nada a contribuir. E tem muitas lideranças que pintam a cara, botam o cocar, e fazem outras coisas, menos defender o seu povo. Muitas vezes acontece de encontros de compadres, sem resultado e gastando dinheiro publico.

O Conselho tem seus limites, assim como a gerencia. Tem conselheiros sérios que fazem um bom trabalho, mas tem limites.

Apresentação de Experiências

Experiência Sateré-Mawé

O povo Sateré-Mawé já tem 400 anos de contato com os brancos. Mas mesmo assim os Sateré-Mawé continuam falando sua língua, são fortes as suas invenções e suas ciências. A TI Andirá-Marau têm 780.528 hectares. Uma parte se encontra no município de Maués, a outra no município de Partintins, mas é um território só. A população está estimada em 11 mil pessoas. Uma preocupação real é em torno da autonomia na educação escolar.



Na década de 60/70 a etnia dos Sateré-Mawé só tinha 2'800 pessoas. Quase não tinha escola. Mas as comunidades eram mais limpas, o tuxaua era uma pessoa muito respeitada na comunidade.

Em 1912 foi implantada a primeira escola na região do rio Marau, pelos religiosos, principalmente para ensinar a língua portuguesa. Mas os Sateré-Mawé não se preocupavam em discutir essa escola. Depois entraram as igrejas católicas, sempre ensinando na língua portuguesa, e contar. Os velhos falaram: Nossos filhos têm que estudar, para melhorar as nossas condições de sobrevivência.

Quando as comunidades cresceram, houve a necessidade de professores. Mas não tinha pessoas que sabiam ler e escrever.

Os Sateré-Mawé achavam que a questão era a língua, que eles teriam mais facilidade falando português. Na década de 90, nessas escolas, que foram implantados pelos religiosos, algumas pessoas conseguiram terminar primeira, segunda series, e serem transferidos pela cidade. O tuxaua Bernardo Alves foi uma dessas pessoas, que terminou o seu ensino fundamental na cidade. Quando retornou em 86 esse já tinha muito mais comunidades no Rio Marau do que antigamente. Mas não tinha assistência. Foi quando os Sateré-Mawé começaram a reunir os professores indígenas, e colocavam os problemas de educação, que os filhos tinham que ter curso superior. Disso surgiu o movimento Sateré-Mawé, para trazer para o Ministério Publico as suas demandas. Estava faltando muita coisa.

A partir de 1988, a constituição Federal mudou. Na escola tinha professores não-indígenas. Quando o tuxaua Bernardo Alves ensinou na língua dele na sala de aula, isso foi motivo de muitos críticos, falando que isso estava atrapalhando o andamento da escola. Mas ele não desistia, o argumento era que todos os povos do mundo estudam dentro da sua própria cultura. Porque eles não podem procurar a ser assim?

Com a nova representação na FUNAI Ivanildo eles conseguiram tirar os professores não-indígenas da sala de aula, e colocavam os professores Sateré-Mawé, que sabiam escrever e ler. Eles queriam uma escola Sateré-Mawé, que valorizasse todas as riquezas culturais. O Município não era favorável. Era necessário ter uma formação para que os professores pudessem ensinar. Na procura de cursos para professores indígenas, falaram para eles: Para que/porque vocês querem estudar? Já está bom do jeito que está. Não precisa mais estudar.

Em 1993, começaram a participar da primeira etapa de curso de formação. Discutiram a escola Sateré-Mawé. Eles queriam que o Estado só se responsabilizasse com o pagamento dos professores. O resto seria na responsabilidade da comunidade.

Os Sateré-Mawé tinham suas tecnologias e as coisas que ensinam às crianças.

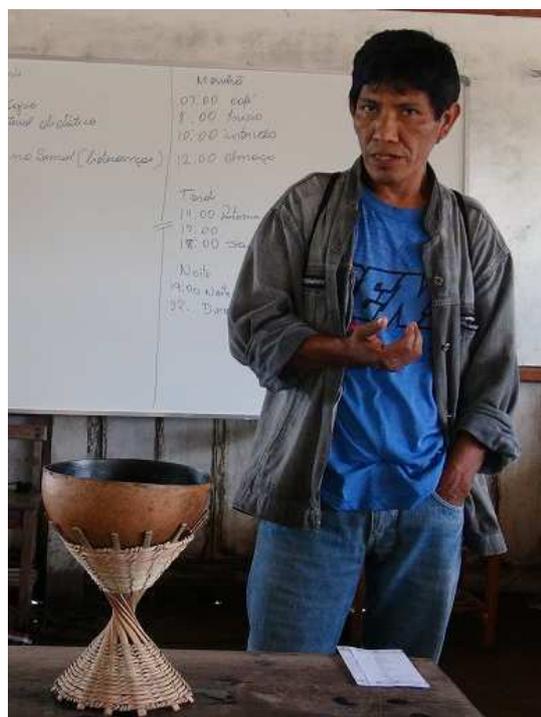
Em 1997 fizeram um encontro pedagógico, para mostrar ao mundo “branco” a educação que estavam fazendo. Tudo que estavam estudando durante o dia, era apresentado à noite durante o plenário.

Construíram seu calendário, o plano de curso, definiram como avaliar os alunos, começaram com a construção dos PPP, com um boletim de informação, com o diário de classe.

O elo era autonomia do povo Sateré-Mawé. Isso quer dizer ficar cada vez mais responsável para a própria escola. O grande desafio era para se tornar autônomo.

Muitas vezes, suas demandas eram vistas como obstáculo para não avançar. Mas estão continuando com seus estudos, e com certeza vai ter outros cursos. E tem a formação superior, tem uma turma que já concluiu. A educação escolar acima de tudo é para fortalecer a identidade de cada povo.

Os Sateré-Mawé estão construindo caminho para o que eles querem. Eles querem que isto aconteça também com outros povos que se encontram aqui, que assegurem esse caminho, porque não é fácil. Tem que pisar firme, discutir muito, estudar muito. Tem que constuir os próprios matérias. Com isso, acham o caminho certo, e é isso que eles estão fazendo. Eles já têm a gramática e um dicionário em andamento. Esses materias produzidos têm que ser divulgados e valorizados pelo próprio povo.





Uma especificidade no calendário escolar dos Sateré-Mawé é a semana dos povos indígenas em Novembro. Além disso, trabalham igual a escola estadual. Os conteúdos já vêm prontos da Secretaria.

O PPP de um povo diz, que quando chega a época da castanha, para a aula. Os Sateré-Mawé também estão pensando colocar isso no PPP com o Guaraná, que é uma especificidade da cultura tradicional.

A escola tem que estar ao serviço da comunidade. Ela existe para manter e reproduzir tudo o que eles sabem, suas ideologias.

Nesse processo de luta tem pessoas que falaram que o índio nunca teve escola, que não sabe nada. Os indígenas têm que ter esse auto-reconhecimento de seus saberes.

O mundo dos Sateré é o mundo dos outros. Eles acreditam em um mundo sem guerra, sem conflito.

As aulas dos Sateré-Mawé são administradas em português e em Sateré. A alfabetização até terceira série é só na língua Sateré, depois que a língua portuguesa é introduzida.

Geraldinho: Os indígenas têm conhecimentos, mesmo sem passar por salas de aulas. Temos as nossas políticas dentro das nossas áreas. O Governo tem que entender que nos não estamos na terra deles, estamos na nossa terra. Nessa visão somos doutores, com muitos saberes. Mesmo um antropólogo que vive 50 anos com o nosso povo nunca vai entender completamente o nosso povo.

Falando da guerra: nos os Tuyuka nunca fizemos guerra com os outros, mas fomos atacados pelos outros.

Como vamos guerrear? Com arco e flecha? Temos que lutar com as nossas palavras.

As leis já foram muito faladas, nem quero saber mais disso. Cabe ao Governo fazer valer pelo menos esses direitos.



As escolas Sateré-Mawé têm atos de criação.

Eles não estão reconhecidos pelo estado ainda, e não vão ser reconhecidas. Elas de fato são escolas rurais.

Experiência Ticuna

Professor Nazareno

Agora estou tomando a frente para falar da nossa experiência. Nos demos aula, demos historia. Trouxe o livro volume I, mas temos o I e II também. Não deu para chegar preparado. Posso dar um copia para a comunidade daqui. Sou um dos autores desses três livros. E um trabalho bilíngüe. Trouxe também dois CD's do Conselho Geral da Tribo Ticuna-CGTT com cantos na língua Ticuna. Temos outro livro e a proposta curricular, que foi feito por nós professores. Temos o livro do sapo, da língua Ticuna. Temos material de como damos aula na língua Ticuna. A nossa língua e cantada, por isso usamos essa flauta. Por exemplo, *poi* que significa *banana* em português. Com essa flauta, ensinamos muitas palavras para a alfabetização. Falta agora fazer materiais para a 5ª até a 9ª série. Não vamos parar, vamos continuar.



Por isso recomendamos porque temos muitos alunos parados lá. Por isso pedimos apoio da UEA, do IFAM, e até alguns cursos para jovens que estão parados lá. Seria para o tempo de férias, quando não tem aulas. Podia ser no mês de janeiro e em julho. Peço como poderíamos fazer com IFAM, UEA ou SEDUC para a continuação da formação dos professores. Nossa organização está meio caída. Não tivemos mais formação. Era o finado Constantino que coordenava a Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues-OGPTB, agora e o Custódio. No final do mês, vamos fazer uma assembléia, para decidir quem vão ser os novos conselheiros.

Agora há 3 anos, trabalho na escola não indígena pela manhã e a tarde trabalho na escola Ticuna. Trabalhamos com arte.

Prof. Romy pergunta como desenvolve aula com seus alunos. Qual o planejamento usa, e como usam os espaços de saberes Ticuna e como e articulado com o Museu Magüta, (museu Ticuna localizado em Benjamim

Constant).

Nazareno: A gente escreve primeiro, depois as crianças tentam com a flauta achar o som certo, e o significado das palavras. É usado da 1ª a 5ª série. Usamos a flauta também para o ensino dos números.

A professora Romy explica que a língua Ticuna é tonal, e é uma das mais difíceis. Por isso o uso dessa metodologia associada ao som.

Silvio solicita maiores informações a respeito do processo de luta, através da OGPTB também para o reconhecimento da escola Ticuna, a elaboração de materiais didáticos.

Nazareno: O início começou com um primeiro curso para fazer a primeira cartilha Ticuna, que foi com a ajuda do Silvio, no Tacana. Depois professores foram demitidos por causa do uso da cartilha. Depois foi criado a OGPTB também, depois foi retomado com a prof. Jussara que lutou durante 27 anos junto com nós. Depois que a UEA tomou conta dos trabalhos, também não deixou a prof. Jussara trabalhar. Mas depois a UEA também nos deixou. Não sei se sabem da luta pela demarcação da terra, o que causou o massacre do Capacete. Desde esse tempo que nos começamos a luta. Até agora, as Secretarias de Educação não estão olhando para a gente.

Pedi uma carta de recomendação para a secretaria saber o que viemos fazer. Perguntaram se já estava virando turista. Então disseram que iriam descontar no meu salário. Por isso que os outros companheiros não vieram. É a luta que passamos nos municípios. Por isso pedimos apoio da UEA para a retomada dos cursos.

O Jesiel falou então da importância da luta e desse encontro. Mas tudo depende muito dos povos indígenas. Abriu então o espaço para perguntas dirigidas para o prof. Nazareno.

Quando os alunos concluem o período da 1ª a 5ª série, às vezes os pais dos alunos querem que os alunos aprendam mais o português. A dificuldade é que os alunos são jogados nos municípios, eles não recebem apoio do município.

Nazareno: Somos 203 professores Ticuna formados em 07 habilitações, matemática, letras, química, etc.. Mas quando chega o início do ano, a Secretaria não tem informação sobre essa formação específica e coloca um professor formado em língua, por exemplo, para dar aula de artes, como aconteceu comigo mesmo. Não tem adequação à área para qual fomos preparados.

Ultimamente esta difícil para os professores se organizarem, para pensar uma escola Ticuna da 5ª a 9ª série, porque os professores estão longe um do outro, cada qual em seu município. Não se reúnem.

No início a escola Ticuna estava forte, o pessoal lutava. Na primeira reunião para fazer uma cartilha Ticuna o pessoal vinha até de duas semanas de remo. Agora o OGPTB falta organizar os 6 municípios, desde 2 anos está parado. Antigamente aconteceram cursos cada final do ano, com apoio de fora. Falta alguém que está dando um andamento da organização.

A escola Ticuna começou com os pais dos alunos pagando um professor para dar aula. Alguém com 5ª série já dava aula. Depois eles pediram apoio dos municípios, que aceitavam ajudar só depois de muita luta.

Experiência Tuyuka

Professor Geraldino Pena Tenorio

Nasci no alto Rio Negro. Aprendi primeiro a língua Tukano, e só depois Tuyuka. Sou professor desde 1998. Comecei em dar aula com 15 anos. Foi voluntário durante 3 anos. Fui acompanhando a articulação política do prof. Igino. Foi ele que começou tudo e depois foi para outro lugar por vontade própria. Agora sou eu mesmo que faço a coordenação pedagógica.

Tuyuka significa: *filhos da cobra de pedra*.

Tuyuka é *barro*

Somos primos do Tukano. O povo Tuyuka, Tukano oriental, concentra-se no alto Tiquié, tanto no Brasil quanto na Colômbia. Tem uma população total de 815 Tuyuka, dos quais 245 vivem no Brasil o resto na Colômbia. Somos um povo minoritário. Temos força de vontade, mas pouca força política para dialogar com o governo, além da distancia da capital.

Todo o início da escola Tuyuka começou com a política da Federação das Organizações Indígenas do alto Rio Negro-FOIRN, dentro do movimento indígena. Igino era membro da FOIRN. Daí surge à política de educação escolar indígena. A FOIRN elaborou um projeto de educação para a Áustria. Foi aprovado. Eles fizeram uma operação “um dia de trabalho”, coletando dinheiro que mandavam para FOIRN. Assim foram iniciados 3 escolas pilotos. Tuyuka, Baniwa e Kuripaca. Na área são 23 línguas e 5 troncos lingüísticos. A língua Tuyuka faz parte do tronco Tukano.

Em 1990, o Igino já estava com essa articulação. Em 1996 foi criada uma associação com CNPJ. De 1996 a 2000 trabalharam sem reconhecimento do município. Iniciaram com trabalho voluntário, trabalharam o PPP. Em 2000, foi entregue o projeto para ser regularizado e aprovado em 2002. Depois da aprovação em 2005, foi feito a conclusão da primeira turma de professores. Como não tinha meio para continuar os estudos, começaram o ensino médio também.



Quando os jovens saiem da aldeia, não voltam mais. É muito distante. Para segurar os jovens iniciaram o ensino médio Tuyuka com duração de 4 anos. Essa é a proposta que passaram pelo MEC e SEDUC. Até agora são só 3 anos até ser aprovado em 4 anos. Para eles 3 anos não é suficiente. É necessário o quarto ano parar aprofundar e fazer pesquisas.

Já tem 03 turmas do ensino médio e 4 do ensino fundamental formados.

A escola Tuyuka tem vários objetivos:

- 1) Recuperar a língua Tuyuka, por causa da língua Tukano que estava dominando. Os Tukano são primos dos Tuyuka. Os Tuyuka casam com as mulheres Tukano. Mas as Tukano não conseguem falar Tuyuka, enquanto as mulheres Tuyuka que falam Tukano em um mês. Era um dos fatores do domínio da língua Tukano. Entre 1993 e 1995 eram falantes da língua Tukano. Somente os mais velhos falavam Tuyuka. Mas os jovens até 20 anos só falavam Tukano. Eles tinham vínculo com a sociedade não indígena, levava caixa de som para aldeia para fazer festa. A cultura estava desaparecendo, os jovens não sabiam mais tocar a flauta pan. Então o objetivo era fortalecer a cultura Tuyuka. Dentro da aldeia só falamos Tuyuka. Os jovens não falam Português, mas entendem. A língua portuguesa pode ser ensinada dentro da sala de aula como segunda língua. Quando eu estudava, era o único aluno que falava Tuyuka. Falava em Tuyuka e depois tentava de traduzir em português.
- 2) Promover o bem estar da comunidade e o desenvolvimento do povo, para atender as necessidades do povo, visando o desenvolvimento sustentável através da apicultura, agricultura, etc.;
- 3) Impedir o êxodo rural. Quem quer estudar nos colégios, tem que mudar para São Gabriel da Cachoeira. Muitas vezes os jovens passam necessidade dentro da cidade. Precisa de uniforme, tênis, sente vergonha de viver dentro de outra sociedade. De 1996 a 2012 foi possível parar esse êxodo rural através da escola. Foi um resultado positivo.
- 4) Formar jovens políticos e defensores da luta do povo,
- 5) Conhecedores de sua cultura e histórias, por exemplo, dança e cantos. Hoje as crianças já sabem flauta pan, e tem 4 alunos que cantam bem. Esse objetivo foi alcançado. Histórias foram registradas, e hoje as crianças contam histórias bem. História da dança, da plumagem, etc. são frutos das pesquisas desenvolvidas dentro da sala de aula com o apoio dos dicionários vivos, que são os nossos anciãos. Foram tão importantes para elaboração desses livros. No início, os velhos não aceitavam. Diziam que os que nos assessoravam queriam roubar os nossos conhecimentos. Mas estes nos ajudaram a termos os nossos livros didáticos.
- 6) Que respeitem as diferenças sociais e culturais de outros povos indígenas. Os Tukano falavam que não queriam casar com Tuyuka porque eles comiam *mochiva* (epadu). Sofremos, esses preconceitos doíam. Para não acontecer colocamos na formação para que haja respeito de outros povos.
- 7) Manejadores do meio ambiente. Quando começamos, fizemos levantamento, por acontecer muitos acidentes. Vidros quebrados, latas e conservas, outros materiais inorgânicos que estavam espalhados nas comunidades. A partir daí, fizemos levantamento e catamos esses lixos. Foi um dos temas que trabalhamos na sala de aula. A comunidade aceitou esse trabalho. Hoje não tem mais essas coisas, tem lixeiros, destino para o lixo.
- 8) Que tenham amor a sua terra. Incentivamos o povo a ter amor a terra. Muitos jovens querem mundo tecnológico (celular, computador, TV, parabólica, DVD, caixa de som e outros) com isto os jovens mudam para a cidade. Nesse ponto, não conseguimos frear essa saída.

Funcionamento da escola:

Em São Pedro tem um centro de referência com 04 salas de ensino fundamental e 02 salas de ensino médio. Tem uma maloca reservada para os rituais e uma casa de acervo onde também estudam. Tem 02 salas de extensão com ensino fundamental em Cachoeira comprida e Onça igarapé.

Eles trabalham em 04 anos. Quando tem outra administração, acaba tudo e começa tudo novo.

Numa sala só tem 04 alunos, precisaria de 10 ou 15. Na nucleação a gente juntava todos os alunos para funcionar lá mesmo, para garantir a permanência das crianças junto dos pais.

Com esses problemas, perdemos uma sala de extensão. Recentemente o vice-prefeito de São Gabriel da Cachoeira deu nova proposta de nucleação. Eles tinham que nuclear de novo e dar seqüência.

Sistema de ensino:

A alfabetização 1º e 2º ciclo acontece na língua materna Tuyuka. Eles trabalham com números maya. Só a matemática, eles tinham que adaptar para introduzir na escola deles.

Eles ficam 15 dias na sala de aula e 15 dias intermediários (ensino básico). O ensino acontece de manhã e de tarde. Depois de 15 dias os alunos vão embora com a família, levando trabalhos a fazer em casa. A carga horária é de 2 horas em casa. Eles saem com os pais para pescar, ajudam, serviços comunitários, além do tema de pesquisa dentro da comunidade. Depois voltam 15 dias de manhã e de tarde. Depois vão embora de novo. Então temos o 1º e 2º ciclo e o estudo a tempo integral. Trabalham de segunda a sexta-feira. Sábado não tem trabalho. Também tem trabalhos comunitários.

No ensino médio, temos o mesmo procedimento para 4 anos. Por enquanto eles fazem como o sistema os pede. Além da pesquisa tem a disciplina do lado ocidental (geografia, história,...) mas não muito.

Eles entendem o ensino diferenciado, e o trabalho via pesquisa e interdisciplinariedade.

Em relação à matrícula, eles não matriculam todos os anos. Os Tuyuka não tem filhos todo ano, só cada 2 ou 3 anos. Então tinha matrícula em 2011, em 2012 não tinha, e em 2013 tem de novo, só nos anos ímpares. Nesse ano teve 12 alunos novos. Eles matriculam as crianças com 07 anos de idade. Eles fizeram um levantamento. Crianças de 2-4 anos têm interesse de ir rabiscando, mas de 07 anos, já fazem alguma coisa no desenho da escrita. Então com 07 a 08 anos eles matriculam. Para criança, tem que ter comida toda a hora. *Quiampira* (água, sal e pimenta) chibé e dar comida de vez em quando.

O tipo de avaliação que fazemos é através de pareceres descritivos. Eles têm que dar notas para as turmas, mas não era o pensamento deles de chegar com notas nesse momento. São quatro professores para o ensino fundamental, e quatro para o ensino médio.

Os objetivos alcançados até o momento foram:

- Ensino fundamental reconhecido;
- Língua fortalecida;
- Jovens conhecedores de sua cultura;
- Manejo ambiental incentivado / escola na comunidade → questão de lixo
Mulheres com boa produção de alimentos → têm questões que só as mulheres podem ouvir, e os velhos que ensinam.
- Materiais didáticos produzidos (com ensino via pesquisa)

Os desafios a serem enfrentados:

- Busca de autonomia da escola perante o governo municipal;
- Reconhecimento do ensino médio Tuyuka que ainda não é reconhecido, apenas seguimos o sistema de educação existente;
- Fazer o governo reconhecer diferenças dos indígenas e adotar um sistema diferente de educação escolar;
- Reanimar a política de educação escolar indígena nas comunidades Tuyuka. Por quê? Porque algumas lideranças fortes que levaram essa política pra frente foram embora. Por isso é importante ver os esforços como esse seminário, que levam essa questão pra frente;
- Reincutir o valor da nossa terra (êxodo rural representa um problema que vem acontecendo recentemente). Porque eles pensavam que seria mais fácil esse ensino médio. Mas pelo fato dos filhos não terem diplomas, eles desistiram.

O que causa o êxodo?

Programas sociais (apesar da distância, tem pessoas que conseguiram cadastrar bolsa família e aposentadoria). Da comunidade pra São Gabriel da Cachoeira custa 100 Reais, de volta mais 100 Reais.

Então eles gastam o dinheiro todinho na passagem só. Como eles não têm dinheiro para subir de novo, eles ficam na cidade, viram fazendeiros. Se alguém consegue um trabalho, já chama a família inteira para ficar na cidade.

Com a aposentadoria acontece a mesma coisa.

Porque o caminho até a cidade é muito longe é tem muitas cachoeiras no caminho, então isso dificultou o acesso dos missionários. As cachoeiras serviram como barreira. Por isso não tem muita problema com alcoolismo. Drogas não têm. Alguns fumam.

O acesso as instâncias do governo está difícil por causa da distância. Temos vários indígenas envolvidos em conselhos ou representação (Gersem que estava no MEC e está agora na UFAM; Alva Rosa na Gerência; Amarildo no Conselho; Bonifácio na SEIND; etc.) Essas pessoas representam os povos indígenas, mas não conhecem a realidade e as dificuldades das comunidades, porque eles foram criados na cidade.

Experiência Matis/Marubo, Vale do Javari

Alfredo Barbosa da Silva Marúbo (Marubo), Paulo Nascimento (Marubo), Marke Turo (Matis)



No Vale do Javari tem 5 etnias, e ainda tem indígenas sem contato. Por conta da distância não tem muito contato com os brancos. A Terra Indígena do Javari é uma das maiores do Brasil. Antes da demarcação, eram obrigados de estar na escola municipal. Isto ocorreu na época de muitas invasões por madeireiros, seringueiros.

O contato com o povo Matis foi feito em 1978 pela FUNAI, na época onde a demarcação da terra do Vale de Javari ainda não havia sido concluída. Tinha muitos interesses econômicos na região, os madeireiros queriam entrar na área. Como resultado desse contato, em um ano os Matis perderam dois terços da população. Os madeireiros matavam muita gente.

Os Matis tinham que fazer alianças com outros povos, porque só uns 80 sobreviveram. Hoje tem 402 Matis.

Ficaram 12 anos em outra aldeia. Agora estão no Rio Branco, em 3 aldeias.

Eles fazem muitos rituais tradicionais ainda e valorizam a tradição deles. Eles moram na maloca, e ainda não perderam os costumes deles. Tem alguns alunos que estão saindo do Vale do Javari, porque eles acham que as aulas dentro das aldeias não são boas. Então tem alguns alunos que estão estudando fora, na sede do município. Por exemplo, o professor Paulo foi pra cidade com 17 anos, e o professor Alfredo também tinha que sair da aldeia para poder estudar. Voltou para aldeia em 2011, fazendo alfabetização na língua materna na 2ª série, com o ensino de um pouco de português.

Eles querem aumentar o numero de pessoas que falam português. Nas cidades Tabatinga e Benjamin Constant, que fazem fronteira com Colômbia e Peru, o tráfico de droga é pesado, todo dia morre gente. Isso nos preocupa muito. Os vereadores, os prefeitos sempre eram contra os direitos de nossos povos, nem sabem a respeito da escola diferenciada. Por isso, não foi fácil abrir essas portas que agora estão abertas.

Eles colocaram escola diferenciada para valorizar a cultura. A maioria dos alunos quer estudar português, para poder entrar no mercado de trabalho. Mas são só uns 15 pessoas que falam português. Mas tem que pensar daqui a 30 anos. Tem que ser em busca de resgate. Tem muitas indígenas que estão na cidade. É por causa de bolsa família, aposentadoria, auxilio maternidade.

Marke Matis e os irmãos deles também foram para a cidade ou para o estrangeiro para estudar. Na aldeia não tem ninguém que domina bem o português. A maioria das pessoas que saem da aldeia não voltam. Tem 24 alunos Matis que vieram para a cidade (Atalaia do Norte) e eles não querem voltar para a aldeia. Marke Matis quer ficar na cidade para fazer faculdade. Trabalhou 8 anos na CASAI.

Os Marubo tiraram o branco e botaram o indígena. Mas nunca apareceram lá nem ensinaram as nossas crianças.

Não tem material para dar aula. É muito difícil, não tem apoio para poder trabalhar do jeito que eles querem. Tem alguns DVD e livros que eles usam dentro da aula.



Nos sempre pedimos o prefeito para ajuda na pesquisa, mas não conseguimos ainda. Para os alunos ver como que foi no passado. Os únicos que apoiaram foram os pastores (Missão Novas Tribos do Brasil-MNTB) que ajudaram a escrever a nossa língua materna:

A - anta
E - sapo
I - piolho
O - fogo
Pa - papa
Pei - folha
Pia - comida
Popo - coruja

Em 1965, os missionários chegaram a nossa área e desde então vem lecionando, mas não deixavam fazer os rituais. Eles proibiam de tomar ayuasca e rapé. Mas nós indígenas do Vale do Javari temos a nossa própria religião.

Eles viviam no meio dos missionários, que pareciam como lideranças, que queriam mandar nos Marubo.

O pai do professor Paulo, por exemplo, era pastor e trabalhava tirando madeira. Os próprios Marubo mandaram pegar ele. Com o tempo, eles conversaram com a FUNAI para tirar os missionários.

Agora, nós indígenas estamos vendo que somos nós que temos que tomar a frente. Esse tempo que os missionários estavam, era para eles formar parentes, mas não formaram ninguém. Em mais de 60 anos eles nunca formaram um professor. Era mais evangelização, e agora os missionários continuam contra as indígenas. Mas os indígenas estão conseguindo fazer o que querem. Não conseguimos tirar os missionários da maloca da Vida Nova, das outras malocas, conseguimos.

O nosso primeiro objetivo é preservar a nossa cultura, mesmo se alguns indígenas vão para a cidade para aprender a língua portuguesa. Até os missionários entendem mais da nossa parte. Os indígenas não sabem se vão conseguir retirar os missionários. As pessoas que estão dentro das aldeias não veem as consequências, só quem está de fora vê.

Ha tempo também não queriam que os indígenas se organizassem. Até os indígenas prenderam o Clovis Marubo com seus aliados.

O curso de formação está parado na área dos Matís ha 6 anos. O projeto Pirayawara não está funcionando.

Experiência Yanomami, Rio Marauá

Vitorino Iximauteri Yanomami, Mauro Pukimapiweiteri Yanomami, Vicente Ironasiteri Yanomami, Otávio Ironasiteri Yanomami

No Rio Marauíá tem 09 aldeias (*xapono*) que fazem escola diferenciada (06 no Marauíá, 01 no rio Preto e 02 no Demini). Os outros 05 têm escola dos Salesianos. Às vezes representa uma dificuldade de ter dois sistemas de educação no rio Marauíá. Antigamente, os Salesianos ensinaram em todos os *xapono*, mas não todos os Yanomami gostaram desse ensino, porque os professores eram valentes e batiam nas crianças. Eles só faziam copiar nomes de cavalo, de abacaxi, de favela, sem explicar o que significam essas palavras. Então não queriam mais. Só a escola diferenciada começou explicar os significados.

Nós queremos uma escola que valoriza a nossa cultura. Nas aulas que acontecem nos nossos *xapono*, todo mundo pode participar, jovens, velhos, mulheres e homens. Para aprender história, os mais velhos da aldeia explicam. Tem parente que moram na fronteira com a Venezuela, os Momohiteri, que não tem nenhuma escola. As festas são bem diferentes do que os dos ribeirinhos. Não tem álcool, por exemplo. Em Yanomami a escola se chama *hiramotima*. Na escola Yanomami não pode faltar à cosmologia. Também ensinam o artesanato. O ensino começa com os pais, desde que a criança nasce. Se nós freqüentamos a escola dos *napë* (não-indígena), vamos nos tornar *napë*, e então vamos deixar de ser Yanomami. Mas até agora, os rituais ainda são muito fortes, por exemplo, o da primeira menstruação na vida de uma moça, os *hekura* (xamanismo), o *pariká* (rapê).

Temos a preocupação com os jovens que saem do *xapono*, para estudar ou trabalhar na cidade, e não queremos que eles percam sua cultura. Temos que fazer reunião, incentivar, até eles voltarem para a escola do *xapono*.

É importante cuidar da própria língua. A escola tem que ser bilíngüe. A língua Yanomami já está se perdendo um pouco, mas os professores não deixam perder nos *xapono* deles. Vitorino se formou como conselheiro, levava informação pro *xapono*.

Na escola diferenciada as turmas estão divididas em pré-silábica, silábica, alfabetização e a turma avançada. Não é um ensino seriado. É só na turma da alfabetização que ensinamos português. Em um primeiro momento só ensina coordenação motora, depois os vogais.

Como que é ensinado? As vogais são ensinadas com as imagens dos animais ou símbolos. Foram produzimos cartilhas na língua Yanomami (meu mundo *Urihi*) na língua Yanomami e depois traduzido pelo português. Foram produzidos 04 livros. Um deles trata da história dos Yanomami. Assim, reconstruímos constantemente a cultura Yanomami. Com estes livros, trabalhamos dentro da aula, e buscamos informações fora também.

É importante reforçar a nossa cultura Yanomami, os rituais, as danças, para não perder e esquecer a cultura. Os professores levam os alunos para os velhos, para fazer uma pesquisa, vendo, olhando e ouvindo, para aprender como que era antigamente, como foi o encontro com os brancos.

Nossos avôs e bisavós Yanomami não usavam calendário. Agora o calendário da escola é diferente. Eles fazem 4 dias de aula, e 1 de folga. Quando tem festa, por exemplo, por causa de uma morte, a escola para. Fazemos também um jornal bilíngüe *wano wano* (notícias, novidades) para trocar informações entre os *xapono* e contar as notícias importantes para o nosso povo.

Os professores planejam as aulas junto com os alunos, discutem com eles, o que eles querem aprender, quais são as perguntas que eles têm. Os professores fazem relatórios em Yanomami e na língua portuguesa. Alguns têm dificuldades de fazer relatório.

As escolas estão fazendo os próprios PPP com o objetivo maior: aprender para defender o território Yanomami, e não para conseguir emprego na cidade. Um desafio é de organizar as turmas e os conteúdos.

Yanomami está participando muito pouco em esse tipo de evento. E a primeira vez que os quatro professores tem a possibilidade de falar perante de outro povo. Muitos outros encontros já aconteceram, mais os professores Yanomami do Marauiá não tiveram a oportunidade de participar.

A política indigenista é difícil, por isso, já pedimos para fazer capacitação nesse assunto, para entender melhor.

Na cultura Yanomami, usamos tabaco e cheiramos *pariká*. O tabaco não é fumado, cigarro não faz parte da nossa cultura, ele é colocado na boca. Pode ser emprestado para alguém.



Nos *xapono* que ficam mais perto da cidade, na beira da Terra Indígena, cada mês as pessoas vão para cidade, para receber pagamento, bolsa família, etc. Já está entrando muito dinheiro na aldeia deles, é quase “capitalista” e é muito individualista. Já entrou outras coisas do *napë* que são muito ruins: televisão, geradores, antena parabólica, enquanto os mais velhos estão fazendo ritual. Os professores têm que enfrentar esse sistema dos *napë*.

Como podemos amarrar, para pelo menos frear essas influencias da tecnologia?

Como professor está pedindo ajuda e está trabalhando junto com a Secoya e a Associação Rios Profundos.

Para Yanomami, é difícil adaptar no sistema dos *napë*.

Aprender a ler, aprender a escrever e aprender sobre

o território Yanomami. Mas não é para se tornar *napë* e sair do *xapono* morar na cidade. Às vezes o povo fala: vocês estão nos empantando aqui, vocês deveriam facilitar a nossa entrada no mundo *napë*.

Com esses programas, por exemplo, com aposentadoria, poderia fazer projetos, em vez de esperar pelas ONGs virem fazer e pedir para eles.

A ONG Secoya que atua na região do Rio Marauiá organiza cursos de formação para os professores Yanomami onde eles adquiriam conhecimento, que depois repassam para os alunos.

O professor Vitorino foi um dos primeiros que participou nesses cursos. Nos primeiros cursos ele não entendia quase nada. Quando ele voltou para o *xapono*, as lideranças se perguntaram, será que esse menino entendeu? Mas mesmo sem entender muito, ele começou ensinar. E em cada curso ele entendeu melhor, e já podia repassar melhor os conteúdos para os alunos na aldeia.

Cada *xapono* elege a pessoa que vai ser professor e que vai participar nos cursos de formação.

Os professores já completaram 3600 horas de formação, com 10 cursos concluídos. Faltam duas etapas de formação de professores, uma delas vai ser realizada em 2013, a última em 2014. O objetivo é de fazer uma avaliação e conseguir reconhecimento/certificação pelo governo, mas principalmente é importante para atender as necessidades dos Yanomami. Depois de 12 etapas, os primeiros professores Yanomami vão ser formados.

Cursos realizados:

| Nº | Cursos de formação de professores Yanomami REALIZADOS | ANO |
|-------------|---|-------------|
| I | Curso Terra, realizado na Missão Catrimani em Roraima – 14/06 a 16/07. | 2001 |
| II | Economia e Ecologia, aconteceu na aldeia de Ajuricaba – 15/06 a 16/07 de 2002. | 2002 |
| III | Tecnologia, Economia e Ecologia, realizado em Boa Vista – 16/06 a 16/07 | 2003 |
| IV | Compreendendo o Meio Ambiente, o Ser Humano e Seus direitos, realizado na aldeia Bicho Açu – 10/01 a 09/02 | 2005 |
| V | Pedagogia > Pensando a Educação Escolar Indígena, realizado em Rio Preto da Eva – 14/11 a 16/12 | 2005 |
| VI | Construindo uma visão crítica da realidade Yanomami, realizado em Rio Preto da Eva – 10/10 a 16/11 de 2006. | 2006 |
| VII | Linguística: Da tradição oral ao saber escrito, realizado em Rio Preto da Eva de 12/11 a 13/12 | 2007 |
| VIII | Linguística: Da tradição oral ao saber escrito II, realizado em Rio Preto da Eva de 10/11 a 12/12 | 2008 |
| IX | Professores Yanomami: construindo respostas para os novos desafios, realizado em Rio Preto da Eva de 16 de novembro a 17 de dezembro. | 2009 |
| X | Escola Yanomami e escola do mundo dos napë: realizado em Rio Preto da Eva de 20/05 a 29/06 | 2012 |

GRADE CURRICULAR/CARGA HORÁRIA

| Disciplinas de Formação Geral | |
|---|----------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| Língua Yanomami | 260 |
| Língua Portuguesa | 360 |
| Matemática | 320 |
| História | 200 |
| Geografia | 200 |
| Artes | 60 |
| Ciências Naturais e Programa de Saúde | 360 |
| Literatura | 80 |
| TOTAL HORA/AULA | 1840 |
| Disciplinas de Formação Profissional | |

| | |
|--|--------------|
| Cidadania e Direitos Indígenas | 320 |
| Antropologia | 120 |
| Fundamento da Educação Escolar Indígena | 120 |
| Metodologia de Alfabetização | 120 |
| Metodologia e Práticas de Ensino | 100 |
| Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa | 120 |
| Filosofia | 80 |
| Educação Ambiental | 120 |
| Psicologia Educacional | 60 |
| Metodologia de Pesquisa | 80 |
| Estágio Supervisionado | 420 |
| TOTAL HORA/AULA | 1680 |
| TOTAL GERAL HORA/AULA: | 3.530 |

É uma escola que trabalha com o apoio da Secoya, mas não é uma escola da Secoya, é uma escola dos Yanomami. É uma escola que surgiu a partir de uma demanda dos Yanomami. Em cada curso tem lideranças que participam também, isso fortalece também o nosso processo organizativo.

Cada curso tem uma linha temática, sempre valorizando a realidade e as especificidades Yanomami. É um processo longo, com muitos desafios. Mas hoje tem uma equipe forte, que carrega essa carga e é convencido. Para facilitar a aprendizagem dos alunos, uma parte do conteúdo de formação é feito na língua materna.

Quem quer ser pajé na cultura Yanomami, tem que passar para uma formação. O professor Vicente, por exemplo, está se formando atualmente, para ajudar os xamãs (*bekura*) curar as pessoas doentes. Mas todas as pessoas em cima de cinco anos podem cheirar *pariká*, principalmente os homens. Dentro de um xapono não fazem feitiço nos outros, mas para pessoas de outros rios fazem sim.

Representantes de outras etnias presentes relataram que os bons pajés já acabaram na região deles, e que alguns enganam as pessoas para poder cobrar deles.



Com os Yanomami, tem o lado bom, mas tem o lado ruim por causa da briga dos pajés. Com outros parentes Yanomami, que moram longe, sempre tem essas estórias, quem é mais pajé do que o outro. Então tem os pajés que mandam espíritos ruins para essas pessoas, mas é para matar mesmo, não é para adoecer e depois ir curar como falou o outro parente.

Os Yanomami de Roraima e do Amazonas tem um jeito um pouco diferente de cheirar *pariká*, e da onde tirar a planta *pariká*.

Grupos de Trabalho

Com o objetivo de possibilitar um intercâmbio efetivo entre os participantes em relação a atual realidade da educação escolar diferenciada nas aldeias, considerando ainda os aspectos políticos que representam um desafio para poder efetivar políticas públicas mais coerentes e respeitosas dos povos indígenas, foram formados 04 grupos de trabalho com a tarefa de discutir os seguintes temas:

Tema 01: Aprofundar o debate a respeito dos aspectos pedagógicos e metodológicos da educação escolar diferenciada

- A pedagogia da educação diferenciada e os aspectos metodológicos do processo ensino/aprendizagem;
- A política lingüística adotada em relação ao uso da língua nativa e a introdução do português;
- Organização das turmas, calendário escolar, processo avaliativo, outros.

Tema 02: Aprofundar a reflexão a respeito da riqueza e especificidade das experiências de educação escolar indígena.

- O que caracteriza essas experiências como diferenciadas, numa perspectiva de construção de um projeto étnico-político que seja instrumento de transformação para o futuro dos povos indígenas?

Em seguida, apresentaremos a síntese dos trabalhos de cada grupo.

Tema 01: Aspectos Pedagógicos e Metodológicos da Escola Escolar Diferenciada

Grupo 01

- 1) Importante dispor de material didático próprio para cada povo indígena. Muitas vezes só tem material a disposição que vem de fora, mais não representa a nossa realidade;
- 2) Os calendários devem ser próprios, respeitando a organização social, econômica, cultural de cada povo indígena;
- 3) Os P.P.P.I. devem ser elaborados com a participação de todos os interessados – professores, alunos, tuxauas e outros;
- 4) Desenvolver reuniões, encontros, espaços de discussão para continuar pensando essa educação que faça o bem para a sociedade Sateré-Mawé, Yanomami, Tuyuca... (uma idéia é de fazer 04 encontros pedagógicos por ano);
- 5) Cada cultura dev estudar sua própria realidade;
- 6) 2 horas de aula bem trabalhadas, muitas vezes, é melhor que 4 horas mal trabalhadas;
- 7) Dar liberdade para o aluno também ser professor de seu conhecimento, por exemplo, no auxílio ao professor da sala quando ajuda outro aluno de ano menor ou do mesmo ano do ensino fundamental. “Esse aluno, ao mesmo tempo em que ensina, ele também aprende”;
- 8) Cada professor deverá ter somente uma turma para se dedicar;
- 9) Cada turma deverá ter, no máximo, 15 alunos por turma, para ter qualidade no ensino;
- 10) Organização da turma/sala em forma de círculo, esse organização evita a falta de interesse dos alunos.

Grupo 02

- Educação diferenciada está sendo desenvolvida a partir do contexto vivenciado;
- A aula desenvolvida ocorre através da interdisciplinaridade, levando em conta a pesquisa;
- O ensino desenvolvido atualmente ocorre através de ensino regular, que a Secretaria de Educação impõe sobre o processo educacional diferenciado;
- O professor desde cedo aborda a língua materna e a língua portuguesa, para que ambas sejam contempladas no aprendizado;
- O calendário próprio, às vezes é rejeitado;

- Yanomami utilizam calendário específico pré-silábico, silábico somente na língua materna; língua portuguesa com professor não indígena com a participação dos professores indígenas;
- Os Matis utilizam o calendário específico de acordo com sua realidade;
- Os Sateré ainda aceitam a imposição do não indígena, não por ter medo, mas por não sermos seguro em nossas reivindicações;
- O professor com uma turma que tem somente 12 alunos (poucos alunos) não recebera pagamento integral, mas através de adicional;
- A avaliação dos alunos é realizada através de processo descritivo entre os Sateré. Mas este processo não é levado em consideração pela SEMED que exige uma avaliação que atribui notas.

Propostas:

- Definir a proposta curricular de ensino fundamental diferenciada e específica;
- Definir o ensino da língua materna nas séries iniciais e a inclusão da língua portuguesa no ensino fundamental;
- Dar continuidade na construção dos projetos políticos pedagógicos;
- Garantir a elaboração do calendário específico;
- Obter de fato o reconhecimento da escola indígena.

Por que e para que ensinar aos alunos?

- Repassar o saber as novas gerações para que sejam críticos com uma nova visão conhecedora de sua própria identidade.

Grupo 03

- Necessidade de afirmação dos conteúdos e metodologias especificamente indígenas (em vez de estudar a história dos gregos, Egito etc), porque não ensinar a história da nossa região mesmo, com os nossos conhecimentos;
- A elaboração do PPP tem que ser discutida com a comunidade inteira, e não só com os professores;
- Casamento com conhecimentos ocidentais visando diálogo para uma terra sem males; Criar mecanismos de resistência através da escola.

A política lingüística:

- Sistematização da língua materna: alfabetização na língua materna;
- Aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua tendo como objetivo a comunicação com os não indígenas, como ferramenta de defesa e contribuição nas discussões políticas;
- A língua deve ser considerada como um dicionário vivo, como também a fala dos velhos;
- O Calendário diferenciado deve ser baseado nos eventos previstos e imprevistos da vida da comunidade; que respeite o tempo da caça, da pesca, da colheita, da roça, da festa...
- Não queremos a multiseriação. Trabalhar com ciclos incluindo calendário diferenciado; respeitar a diversidade cultural dos povos indígenas;
- O processo avaliativo deve ocorrer com a avaliação descritiva de cada aluno pelo professor ou com a avaliação processual na convivência;
- O caderno do aluno representa importante elemento para avaliação;
- Procurar formas novas e adequadas de avaliação.

Grupo 04

O processo ensino aprendizagem

Yanomami: O processo de ensino aprendizagem da etnia do povo Yanomami (alfabetização).

A partir do estudo das letras e a formação de palavras onde também estuda sons das letras e os significados dos sinais que aparecem em cima das letras (trema).

Marubo: A alfabetização começa a partir da formação de palavras, frases e pequenos textos.

Sateré-Mawé (7-11anos): O processo de alfabetização do povo Mawé inicia-se com estudo de letras vogais Sateré, posteriormente produção de palavras iniciadas com as letras vogais.

Os mais Avançados: Produção de desenhos, formação de palavras, frases e pequenos textos.

Para o professor Renato o processo de ensino dos alunos Sateré deve acontecer a partir da utilização dos livros didáticos dos índios Sateré-Mawé e dos não-índios;

Através da pesquisa de campo onde o estudo será desenvolvido através da interação com os alunos dentro da sala de aula.

Euzidio (alunos do 6º ao 9º ano): Através da pesquisa de campo interação com os alunos dentro da sala de aula, produção de desenhos, formação de frases, produção de textos e interpretação de textos.

Rosineide (Educação infantil - 4 anos): Produção desenhos e pinturas. Trabalha também através da música (canto).

Tikuna (multiseriado): Através da pesquisa, desenvolvem-se a prática de leitura, onde também se desenvolvem formação de palavras, frases e textos. Pesquisa, e a partir daí formação de palavras, frases e textos na língua materna.

Marubo (7 a 11 anos): Primeiramente alfabetizam-se os alunos na língua materna. Oralmente. Prática. Depois passa para escrita onde será desenvolvida a prática da escrita e leitura.

Madalena, Sateré-Mawé (6-11 anos de idade). Trabalha com conceitos. Tanto da língua Sateré-Mawé quanto Português. Formação de palavras oralmente, depois escrita. Estudo também sobre as letras, questionando os alunos com objetivo de obter as respostas.

Tuyuka (7 a 8 anos Educação de Jovens e adultos e Ensino Médio). A Alfabetização feita na língua materna. O português entra com a segunda língua no 3º e 4º ciclo até no ensino médio.

No dia a dia, o professor só usa a língua materna na sala de aula com os alunos.

Quanto ao calendário:

Os Sateré-Mawé antes tinham um calendário específico, mas com a pressão da SEMED nós estamos seguindo o calendário da SEMED agora.

Tikuna: Estamos seguindo o calendário da SEMED

Tuyuka: Calendário específico.

Yanomami: Calendário específico

Quanto à avaliação (como os alunos estão avaliados?):

A maioria das etnias usa notas.

Sateré-Mawé: Através da participação de cada aluno. Comportamento do aluno, dentro e fora da sala de aula. Observação direta em relação ao domínio do conteúdo.

Yanomami: Participação, apreciação, conforme aprendizagem de cada aluno.

Marubo: Participação e conforme aprendizagem de cada aluno. Essa avaliação está feito junto com os pais e as lideranças.

Tikuna: através da participação, também conforme aprendizagem de cada aluno.

Tuyuka: parecer descritivo, conforme o domínio dos conteúdos dados.

Tema 02: A riqueza e Especificidade das Experiências de Educação Escolar Indígena.

Grupo 01

- 1) A educação escolar não é diferenciada para um povo, a educação escolar deve ser própria de cada povo;
- 2) É importante ter a natureza, o meio ambiente, em que se vive para explorar enquanto conhecimentos científicos a partir dos conhecimentos tradicionais;
- 3) Não devemos forçar os alunos a estudar;
- 4) Trabalhar sempre a partir da língua materna;
- 5) A partir do entendimento, do desenvolvimento e curiosidade de cada aluno (criança, velho ou adulto) se deve mediar a aprendizagem, ou seja, o conhecimento será desenvolvido de acordo com o estímulo, o conhecimento e a curiosidade de cada aluno;
- 6) A educação escolar de cada povo indígena deve ser respeitada, não deve seguir a organização estrutural e pedagógica impostas pelas secretarias de educação e pelas prefeituras.
- 7) O processo de avaliação foi feito de maneira descritivo, só que não foi aceito.

Grupo 02

- A carga horária, na experiência Yanomami ocorre com a aula da primeira turma das 7:30 hs. às 9:30 hs. e da segunda turma da 9:30 hs. às 11:30 hs;
- A experiência Yanomami é voltada para as necessidades do povo como a utilização da matemática, através do ensino das 4 operações;
- A importância da participação da comunidade nas decisões relativas ao funcionamento da escola;
- A educação regular nas aldeias Sateré está sendo apenas uma ponte para o ensino na cidade;
- Os Matis estão saindo das aldeias para aprender o português;
- A educação diferenciada está sendo um desafio para o ensino e aprendizagem dos alunos;
- Os pais desrespeitam a educação diferenciada quando levem os filhos para a cidade, porque consideram a educação diferenciada inferior a educação formal;
- A educação Yanomami é de verdade, com a participação das lideranças, professores e AIS;
- Nós indígenas das aldeias, devemos ser consultados pelas lideranças que moram na cidade e que participam de decisões sem nos consultar;
- Uma vez formados lá fora, é importante que os indígenas, independente de sua formação, retornem a sua origem para prestarem serviço para o seu povo.



Propostas

- O aluno Sateré deve defender a própria educação no que diz respeito a língua, a arte e a ciência;
- Buscar parceria para garantir a continuidade do estudo dentro da própria área;
- Conscientizar os pais sobre a importância da permanência de seus filhos dentro do território, garantindo as condições para um desenvolvimento dentro da perspectiva Sateré e visando a qualidade de vida;

- É necessário que haja preocupação de continuidade da formação buscando a qualificação profissional que atendam as necessidades do povo Sateré-Mawé.

Grupo 03

- Adquirir a autonomia está sendo nosso objetivo, como professores que valorizam a cultura, um PPP elaborado com lideranças e população com os próprios princípios da cultura;
- Criar uma organização que una todos os povos indígenas para exigir uma escola realmente diferenciada;
- Continuar esse tipo de evento com atividades culturais demonstrando a diversidade cultural dos povos indígenas;
- Respeitar nossas necessidades através das matérias ensinadas; transformar a escola em uma biblioteca viva adequada a nossa realidade com estudo das plantas medicinais, educação ambiental;
- Criar nossos próprios métodos (elaborar metodologias com materiais que temos a disposição, por exemplo, matemática com peixes);
- Dar um rosto realmente indígena as nossas escolas.

Para os Sateré-Mawé tem o questionamento se vai ter só 1 PPPI (I=Indígena), ou vários, porque por exemplo a saúde dentro da área está dividido em 4 pólos.

Esses pontos permitirão de fortalecer nossa língua e cultura; nesse sentido que haverá transformação das sociedades indígenas.

Grupo 04

- Tikuna: contradição dos conhecimentos indígenas com os conhecimentos dos não-índios;
- Marubo: alunos têm que reconhecer os conhecimentos tradicionais das comunidades;
- Sateré-Mawé: há uma transformação parcial;
- Yanomami: há uma transformação parcial também.

Observação Nonato: Todos têm um foco na língua materna.

Outra etapa da formação. Ainda não teve uma discussão seria sobre o ensino médio.

Interessante ver a diferença entre os Marubo com pouco contato, em comparação com um povo com muito contato, por exemplo, os Sateré-Mawé.



Fazer uma reflexão mais aprofundada sobre as metodologias de cada povo. Alguns usam canto, pintura e pesquisa. Mas será que tem mais metodologias, ferramentas que podem usar?

Alfredo: Para os Marubo é difícil aplicar o calendário da SEMED.

Geraldinho: Vendo todas as diferenças que tem entre as etnias, parece que cada etnia vai ter que elaborar um PPP diferente. A palavra “diferenciada” não se refere só à diferença entre os indígenas e os não-indígenas.

Sessão plenária

Houve votação para definir a continuidade dos trabalhos em sessão plenária. A partir desse momento, o trabalho voltou-se para a análise dos atuais desafios políticos na construção de uma educação escolar efetivamente diferenciada na esfera da política educacional. A discussão foi iniciada a partir da seguinte pergunta orientadora:

Quais os atuais desafios ou limitações impostas pelo sistema educacional governamental em suas diversas esferas federal, estadual e municipal ou ainda aqueles decorrentes do não cumprimento da legislação em vigor?



Nonato: Ninguém conhece melhor a comunidade do que aquele que está vivendo dentro. Antigamente o povo Sateré-Mawé não podia falar porque estava sobre a tutela da FUNAI. Mas agora é a hora de falar tudo que tem que falar.

Romy: Apresentou um croqui para explicitar melhor as políticas públicas, em suas esferas em nível federal, estadual e municipal.

Prof Joel: Tem muitos desafios para que as políticas possam ser aplicadas de acordo com a lei. O governo federal não está discutindo, na área de educação, trabalhos a serem desenvolvidos nas aldeias. A instituição federal Ufam, por exemplo, nunca veio aqui para conversar dessa licenciatura indígena. Temos que conhecer o projeto, sua estrutura, senão sempre vai ficar na mesma situação. Da mesma forma, o projeto Pirayawara foi reformulado. Não é o mesmo de que em 93, só que estamos vivendo outro momento com outras necessidades.

Em relação ao nível estadual. Saiu o IER-AM e passou para a SEDUC. Mas o discurso é o mesmo, não mudou. Porque não há uma política de educação para a aldeia. O projeto Pirayawara é um só para todos os povos do Amazonas. Mas é um só para 62 municípios do Amazonas.

Volto também a questionar o PROIND que é um só para todos os municípios. Esteve vendo o edital do Mura e Munduruku, é o mesmo dos Sateré. Somos culturas diferentes que não são respeitados. Já discutimos muito. Vamos continuar discutindo, mas sem mudanças. Por que não se aprova um só PPPI? Porque sabem que é uma força para o povo.

Ao nível estadual, temos ainda o Conselho. Fiz uma proposta para fazer um rodízio para colocar outros parentes lá, não só do rio Negro. Os conselheiros que tão lá há mais de 10 anos, discutindo problemas do século XX, mas já estamos no século XXI. Queremos discutir as licenciaturas aqui. Temos que analisar essas licenciaturas que parecem lindas. Pedem os projetos para conhecer.

Agora a nível municipal, todos os parentes reclamam que aí está a onça que amedronta a gente. Estamos discutindo dentro dos municípios do baixo Amazonas uma licenciatura indígena. Já demos encaminhamento em Manaus. Essa licenciatura já está aprovada. Falta um trabalho dentro das comunidades Sateré. Todo o que as escolas escreverem, vai ser mandado para Manaus. Não condiz com a realidade nossa. Queremos uma licenciatura problematizadora. Mas será que essa licenciatura Sateré é reconhecida pelo MEC? Claro que é!



No alto rio Negro, existe uma licenciatura na língua. Fazem os relatórios na língua, os PPP também (Pólo Cucui para os falantes de nheengatu, Pólo Taracua para os falantes do tronco linguístico Tukano, e pólo Tunui, para os falantes da língua Baniwa). Aqui não é assim. Dentro da Secretaria de Educação foram criadas vagas para Conselheiros Sateré acompanhar a educação escolar indígena.

Geraldino Tuyuka: Os programas governamentais, como Bolsa Família, ou programa de inclusão digital. Com um pen drive como vou repassar para os alunos. Se for aplicada a disciplina da história, se na escola não tem biblioteca, não tem livros, os que temos são superficiais. Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, mas não cobriu, por isso as mudanças climáticas.

Hoje, e um único sistema para aplicar a prova para todo mundo. Então temos que ter computador em todas as comunidades. Não existe acompanhamento nas comunidades.

Jocimar: Foram colocadas as 03 instâncias federal, estadual e municipal, mas para mim, falta a instância dos povos indígenas. Porque temos responsabilidade também nesse processo. O estado está tentando cumprir uma parte do compromisso através da formação de professores indígenas. Falta a consulta aos povos indígenas, por isso tem um único projeto para todos.

Nos municípios existem as secretarias, apenas com uma vaga para os povos indígenas. Por exemplo, na secretaria do meio ambiente. Mas enquanto discutimos a melhoria desses projetos que vem de fora, mas temos uma divisão política e social na comunidade e no povo. Precisamos fazer uma crítica sobre as nossas próprias organizações. Dessa forma, não vamos chegar a lugar nenhum.

Se a nossa base não estiver organizada, não adianta. O maior problema hoje para as sociedades indígenas é que somos muito desorganizados. Nossas associações não conseguem desenvolver trabalho conjuntos e articulados. Há críticas, uma derrubando a outra. Focamos mais lá fora do que na nossa realidade.

Davi Kopenawa é uma liderança conhecida a nível mundial, mas pelos que vi agora, os mesmos problemas acontecem entre os Yanomami.

As nações indígenas não conseguem se organizar. A primeira coisa deve ser a organização de uma educação voltada para a preservação da cultura dos interesses do povo.

Por que não discutimos a nossa política social?

Nunca recebi um projeto através da associação de vocês. Com que vamos acompanhar e cobrar? Na lei orgânica do município, que ampara a escola indígena. Nós temos que fazer a nossa parte. Temos os deveres que temos que cumprir.

Otacilá - Gerência: Sugiro que se pontua o que fazer, como melhorar, que tipo de representação queremos. Dizem que ninguém está ouvindo as bases. Mas o que fazem os nossos representantes. O Conselho é o nosso parceiro de trabalho. Mas avançou? Temos que analisar. A responsabilidade nossa, eu quero que vocês colocam as propostas de vocês para a melhoria das atividades de educação. Tem alguns projetos específicos, ligados ao projeto Pirayawara, de Autazes, dos mura projeto Kabiara, em Humaita o projeto I'dath'hua, no Jávári o projeto Makumaka-maya, etc. Mesmo em relação ao material didático, não avançamos.

Alfredo Marubo: Quero falar de nossos representantes. Eles têm que consultar como querem desenvolver. Depois de colocar alguém na Secretaria, ele só defende a prefeitura e não o seu povo. Estamos enfrentando isto lá também. Confiamos em nossos representantes, mas defendem mais o lado dos poderosos. Não fazem o papel que a gente quer.

Antonio Tibúcio Sateré – Presidente do CGTSM: O prefeito nunca me pagou como Tuxaua geral, por isso, eu não tenho medo do prefeito. Outras instituições não me convidam como instituição. Quem faz isto acha que é certo. Quando for fazer um trabalho tem que ser com a participação de todos, unidos.

Não somos só nós que passamos por dificuldades, os nossos parentes também. Quando se criou o encontro pedagógico, quando estavam acontecendo, avançamos, mas depois regrediu, não aconteceu

mais. Por que foi apresentado o *Porantim*. Por que temos que ter o *Porantim* para cuidar da natureza. Queremos que os nossos pedidos feitos as instituições sejam atendidos. A gente não quer mais que as nossas propostas sejam desconsideradas. Os encontros devem acontecer do jeito que queremos da mesma forma como os projetos tem que ser do jeito que a gente quer, não do jeito dos não-índios. Por que se for do jeito dos não-índigenas, nunca vai dar certo.

Em qualquer momento, devemos mostrar a educação diferenciada, do nosso jeito. De hoje em diante, os conselheiros, os quem comandam a educação, o comandante da nação indígena, que trabalhem junto para conseguir uma educação diferenciada.

Não veio a toa só para a comida, mas para os interesses da nação. Então o que falamos agora de projetos que tão vindo, tem que ser em prol do nosso povo. E o prefeito tem que se chegar mais junto da gente. O Pirayawara era decidido aqui dentro, mas hoje não está mais acontecendo, nem em relação ao próprio Pirayawara. É necessário que os representantes indígenas se sentem com prefeito. O governador Omar Assis tem que vir aqui para conversar com a gente, para ouvir as nossas propostas. Mas se ele não vem, ele nunca vai conhecer a nossa realidade, e a gente fica brigando entre a gente. E isso que devemos fazer daqui em diante, trabalhar em parceria. Agora devemos aprovar todo o que falamos.

Geraldino – Tuyuka: Na educação municipal avançamos um pouco. Tenho uma proposta a fazer para levar dentro da SEDUC. As propostas que já tem na Secretaria: dos PPP das escolas diferenciadas, de ensino fundamental, também de ensino médio, devem ser acatadas pelas Secretarias. Foram feitas pelos povos indígenas. Também as propostas de licenciatura. Não entendo o que falta para aprovar essas propostas.

Silvio – Secoya: Na esfera federal esta ocorrendo à criação dos territórios etnoeducacionais, que parece ser uma copia dos DSEI para a atenção básica da saúde. Mas foram criados sem uma efetiva consulta a população e em relação aos quais se faz necessário um aprofundamento. No início, eram 12 territórios, depois passou para 16 agora são hoje 22, mas que ainda não atendem a atual configuração étnica, lingüística e educacional dos povos indígenas. Caso contrário, trata-se de novo de uma proposta de cima para baixo.

Romy Cabral: A Resolução N° 5 educação escolar indígena – que trata da organização da educação escolar indígena no país e completa a Resolução N° 3 e o Parecer N° 14 – condensa todos os documentos anteriores. Ela fala da modalidade dentro das escolas, do funcionamento, também fala da educação infantil. E no último ponto desde que seja com a anuência ou solicitação das comunidades indígenas. Os territórios etnoeducacionais, houve conferencias para falar dos territórios, houve uma consulta nos pólos. Houve também conferências municipais e depois em Manaus.

Primeiro os povos indígenas entraram em conflito. Pensando que iriam respeitar a sua organização social. Pensaram que se tratava de uma organização geográfica. Segundo fala de pessoal do MEC é uma proposta científica geográfica, acadêmica, até que ponto todos nós entendemos a proposta. Os delegados votaram a proposta.

Nonato – UFAM: Como o Alencar fala, o governo tem cabeça de espírito. Todas às vezes essas políticas vêm sem de fato saber o que acontece. Os encontros oficiais só servem para manipular, para neutralizar qualquer avanço do movimento. É uma proposta tentadora, por que vem muito dinheiro. O dinheiro deve vir só para executar propostas sérias. A resolução 5 também do processo de consulta para o diagnostico a ser realizado nos territórios etnoeducacionais, mas que não acontece.

Alencar: Parece realmente que os territórios são uma copia dos DSEI's na saúde indígena. A partir da década de 70, nos votamos e elegemos prefeitos, governadores, presidentes. Mas que não nos consultam. Essa aqui e uma estratégia de governo. Estamos sempre pecando diante de uma política federal, ou estadual ou municipal. Diz que precisa melhorar a nossa educação, mas na realidade não acontece na

prática à lei estabelecida para a educação. O professor tem que ser mais vivo. Não podemos mais bater uns com os outros, os nossos problemas são lá junto ao governo. Nós que temos que prescrever e dizer a educação que queremos. Não é o conselheiro que é culpado. Já criaram as leis do negro, das crianças, dos velhos, mas a nossa lei está engavetada há mais de 8 anos. Devemos nos organizar melhor para uma educação nossa. Queria ver essa casa cheia, para essa discussão.

Discussão Política sobre Educação

Aprovação dos PPP

Joede: Porque o Governo não aprova os PPP das escolas indígenas?

Geraldinho: Não temos autonomia de trabalhar o nosso PPP, mesmo se ele está aprovado.

Alfredo: o nosso PPP está em andamento. De que forma podemos fazer para o nosso PPP ser aprovado, do jeito que nos queremos? Quando tem o nome “indígena” em cima, eles já deixam pra lá.

Romy: Burocraticamente, a saída é o Conselho de Educação Escolar Indígena (não a Gerência). Se o Conselho fosse normativo, seria mais fácil. Por exemplo, a escola da área Andirá-Marau está registrada no MEC. Isto passa obrigatoriamente pelo CEEI-AM, por isso é importante que ele se torne normativo. Isto vai tornar o processo mais fácil. Mas por enquanto, a aprovação dos PPP deve passar pelo CEEI/AM e ser referendado pelo Conselho de Educação do Estado. Isto significa que precisa haver uma mobilização para que isto venha a acontecer.

A questão do Censo escolar: pode até constar lá uma educação indígena, mas são apresentadas exigências pelo governo federal que não condizem com aquilo que consta nos PPP.

O único município onde tem um plano de cargo e salário para o professor indígena é o de São Gabriel da Cachoeira.

As escolas indígenas são consideradas como rurais, pela dificuldade de reconhecer no nível a nacional o papel do professor indígena. Inclusive, no contracheque dos professores não aparece a categoria de professor indígena. Isto ocorreu no município de Manaus em 2011. Mas se trata de uma tramitação complexa e demorada.

Mas na situação dos professores que atuam nas escolas dos índios desaldeados da cidade de Manaus, isto não é reconhecido, então mais uma vez, a lei não é respeitada.

Tudo depende da luta do movimento indígena, por exemplo, do COPIAM, ou da COIAB, mas o problema é que estas organizações não representam bem as bases dos Povos Indígenas. Mas que isto possa ser construída pela base, para que possam vir a ser reconhecido como professores indígenas.

Alfredo: Não é de agora que isto vem acontecendo. Os conselheiros não têm nada a ver com essas instituições. Faz tempo que estamos lutando para o reconhecimento dos PPP. Mas não conseguimos até agora. Como podemos fazer, para avançar nisto?

Nonato: Temos que entender que desde sempre o estado quer controlar os Povos indígenas. Por que os PPP não são aprovados? Por que não interesse, o governo não quer perder o controle.

No conteúdo programático Sateré-Mawé, é mínima a carga horária diretamente relacionada com as necessidades do povo, a maior parte corresponde ao mundo dos brancos. Não querem o desenvolvimento do educando criticamente... Não aceitem que os índios se desenvolvem criticamente.

Juscelino: Quanto mais as pessoas estiverem ignorantes, melhora é para o Estado. É uma razão política. O PPP está muito próximo de algo para fora do mundo indígena. Não aceitem que o PPP seja utilizado para a luta e autonomia dos povos indígenas.

Romy: O PPP dos Sateré foi construído no contexto do Pirayawara e por isto tem um formato, através de ciclos que não são determinados pela idade. Mas o Ministério considerado através da faixa etária e não aceita os nossos conceitos. Tem um programa do governo, alfabetização na idade certa. Tem exemplo de crianças alfabetizada de 5 anos ou mesmo de 12 anos... depende de diversos fatores. O sistema de ciclo compreendia esse desenvolvimento psicológico da criança. Mas depois retornaram ao outro sistema. O Banco mundial manda no mundo. E ele quer que os índices mudem. Não vão fazer uma prova Brasil a partir da realidade Tuyuka ou Marubo, mas a nível nacional e dessa forma vai avaliar o que o Banco mundial quer. Vamos ter números de aprovação e de reprovação. Acontece que mudaram a forma de ensino, antes tinha a alfabetização ou pré-escola e depois passava para o 1º ano.

Agora a alfabetização, a pré-escola é considerada o 1º ano. Além disso, não pode reprovar, não interessa se aprendeu ou não. Existe uma organização do PPP para ser aprovado. Tudo depende de como e apresentado, existe um processo.

Politicamente é o Conselho que cuida disso, pedagogicamente são várias instâncias.

Um dos objetivos do projeto é contribuir que esse povo da licenciatura pedagógica possa construir seus PPP das escolas Sateré.

Educação de Transição

Bernardo Sateré-Mawé: O que se defende nesse momento aqui, que seja indígena ou não indígena, não sei se conscientemente ou inconscientemente é uma educação de transição. Repercuta muito forte o processo de integração ao sistema nacional. Se continuar assim, daqui a 50 anos, todas as populações indígenas virarão ribeirinhas. Para mim está claro esse processo.

Não se tem claro aonde que os povos têm que alcançar. Em nenhum momento se fala de dominação e de opressão. Os Povos indígenas estão anestesiados, não sentem mais a opressão, não sentem mais a exclusão, se fala de busca de autonomia, de luta, de conquista. Se estivermos defendendo esse processo de educação de transição temos que estar cientes que todo processo de educação culmina numa tragédia ou numa vitória. Temos que repensar e priorizar para saber até que ponto devemos seguir os termos que estão em nosso meio. Os termos são espíritos, portanto fluem. Acredito que nenhuma civilização, nenhum povo constituído de homens e mulheres pensam em alcançar a sua extinção. A gente pede respeito do governo brasileiro. Mas o projeto deste governo é fazer com que haja um único povo brasileiro e todas as civilizações sofrem de medo. Estamos discutindo educação para que cada povo tenha autonomia, sendo povo, sendo nação, tendo a sua qualidade de vida, política econômica, com dignidade, tendo o bem comum de todos.

Tiago: Estamos falando de educação indígena. Gostei muito a palavra de educação de transição. Sabemos que viemos de um processo de colonização. Mas avançamos, demarcamos as terras, conseguimos leis mais favoráveis, mas me parece que ainda não alcançamos isto. Educação indígena não tem grade curricular. Como conciliar uma exigência governamental com uma dinâmica educacional do povo, é possível?

Transferência do PROIND para Manaus

Bernardo Sateré-Mawé: Não faz muito tempo, conversamos com a UFAM, quanto a transferir o PROIND de Maués para Manaus. Nos acadêmicos, nos manifestamos contra isto. Mas já escutei falar que não querem ouvir, que o curso já foi transferido. No encontro passado fiz essa denúncia. A gente não quer ir para Manaus. A proposta enquanto PROIND era para acontecer aqui. Mas querem transferir. A gente considera isto um desrespeito ao povo Sateré. Defende-se uma educação de transição. Manifestamos, em nome dos acadêmicos, que nós não vamos para Manaus.

O Francisco líder da associação dos Tuisa sabe disso. Outra denuncia: a 3ª turma do Pirayawara vai ser transferida para Maués. Porque transferir a formação para a cidade. Que brincadeira e essa. Temos que trabalhar para que sejamos normativos de fato, para que sejamos autônomos.

Isto depende muito dos povos indígenas de cada região. A gente só vai ter autonomia, criar uma relação de interdependência a partir do momento que a gente se reconhece como povo oprimidos, dominados.

Foi por isso que o Japão conseguiu sair da tragédia na 2ª guerra mundial, se reconheceu como povo oprimido e foi a luta.

Ocivaldo: Tem o problema de PROIND. Deveria acontecer uma viagem para Manaus para um curso de licenciatura (através da UFAM), mas infelizmente não vai acontecer por causa de falta de dinheiro para o transporte. Outro recado: tem duas vagas para professor indígena dentro da área indígena.

A escola não é só dentro do prédio. Tem que prestar conta para todo material. Precisa diesel para as comunidades que fazem aula à noite. Transporte escolar é problema. As lideranças têm que falar.

Alencar: Durante o curso da PROIND em Maués tinha que fazer “sopa de prego” para se manter. Foi assinado um documento dizendo que não queremos que o curso se transfira para Manaus. Muitos pediram para sair, porque não querem a transferência e outros vão desistir. Eu não quero que os meus alunos vão sair para Manaus. No último curso eu tive lá no final do curso. Parece que cada um está tomando decisão para si. Temos que nos reunir para tomar decisões para enfrentar a realidade não-indígena. Eu quero que a nossa fala seja registrado nesse relatório, para ser ouvido no mundo. A constituição federal diz que nos temos que estar consultados. Porque ninguém nos convida? A onde estiver indígena, é o meu dever para ir lá e escutar os problemas que têm. Eu sou pai de 5000 Sateré-Mawé.

Queremos que os nossos filhos não percam o curso de formação pedagógico indígena. O projeto foi feito para cá, para nossa terra. No documento foi combinado assim. Os brancos acham que estamos errados, quando não gostam das nossas propostas.

Jocimar: Qual é o objetivo da UFAM para tirar o nosso curso de Maués para Manaus? A gente tem que pensar nisso. Não fomos nós que construímos esse curso, só assinamos o papel. Essas pessoas que fazem estes cursos não se preocupam só com ensino, mas com o comportamento também.

Material Didático

Romy: Lembrando a produção de materiais didática, a minha fala é da experiência, não é institucional. Tudo isto aconteceu, as cartilhas, o material produzido. Nada disso foi feito sem uma discussão. O projeto Pirayawara já foi uma referência em nível nacional. Espero que a reunião de abril seja de consulta e não de notícia. O projeto Pirayawara, se deu com a consolidação de princípios estabelecidos conjuntamente com os povos indígenas. Os professores Sateré construíram todo esse material e essa luta. Quero dizer que a partir do momento em que o projeto foi repensado, o mesmo seja aprimorado considerando esse processo e esses princípios.

Conselheiros / Representantes

Alencar: o nosso presidente, conselheiro, não se encontra aqui. Vamos perder assuntos da educação escolar indígena. Vamos indicar um conselheiro para nos representar.

Ely: Precisa esclarecer que não é tão simples trocar uma pessoa. A pessoa que foi eleita está lá para o período. Ele passou pelo reconhecimento público lá. Mesmo se na comunidade está a vontade de mudar essa pessoa, tem que respeitar os estatutos. Tem momento certo para trocar uma pessoa.

Alencar: Estou preocupado com a indicação dos conselheiros.

Otacila: Quando o titular não aparece, tem o suplente que pode tomar a função dele.

Alencar: nem se sabe quem é o suplente do conselheiro.

Joede: O mandato do conselheiro é apenas quatro anos. Mas o conselheiro aqui já faz oito anos nessa função. Se aqui nessa área já não comparece, imagine lá. São os Sateré que tem que decidir.

Sydney: O conselheiro participa sim nas reuniões, a problema é mais no repasse de informações pra comunidade.

Nonato: Como que eu vou colocar um representante sem conversar com tudo mundo o que eles querem. Podem colocar uma pessoa provisória, até chegar a um acordo.

Romy: Para o encontro da semana que vem não vai ser possível trocar a pessoa. Só para depois. Também não é que o atual conselheiro é tudo ruim, eu me lembro dele como um ótimo aluno que se envolve nas discussões. Romy propõe de fazer uma reunião depois do que o conselheiro volta da reunião, para repassar as informações. Porque para ele também não é fácil.

Antonio: Eu estou a favor da troca de conselheiro.

Outras discussões...

Nonato - UFAM: Quero relembrar alguns fatos a respeito para responder. No dia 5 de junho de 2010, aconteceu um encontro no qual compareceu o João Neves do Amapá, o Bonifácio da SEIND, a Alva Rosa apresentou a demanda de fomentar a formação dos professores indígenas, para concluir uma formação e iniciar outra. Será que não estamos fazendo o Pirayawara do ensino superior? O que acontece? Qual é o projeto político do povo Sateré, do povo Mura ou é um projeto igual para todos. E a especificidade?

O MEC tem o objetivo de criar um sistema único, que tem o controle do sistema tem o controle da mente, por isso a crise dos jovens nas aldeias.

Qual o processo formativo na base? Por isso temos que discutir as políticas que estão lá. O governo assumiu em 88 a questão da pluralidade, mas não sabe como lidar como isto. Ainda repercute o processo de integração. Não é só usar o celular, são as formas educativas que influenciam e orientam as próximas gerações.

O pessoal sai do Querari, vai à Secretaria de Educação de São Gabriel da Cachoeira e chegando lá diz que o PPP está errado, vai minando a auto-estima e a capacidade do povo. Cadê a consulta d Convênio 169 da OIT? Conseguimos mas não ta sendo aplicado. O estado quer ter o controle e não quer negociar.

Sydney Sateré: O que acontece aqui também acontece em outras regiões. A gente vê os avanços e os fracassos nos trabalhos. Quando se trata de políticas publicas, tem governo que quer ajudar, outros não. A cada 4 anos entra outro governante e não aceita mais as propostas construídas. Isso aconteceu na nossa região. Nos encontros pedagógicos, nos conselhos e outros espaços, a gente defendia uma educação Sateré, a gente regrediu. Até os coordenadores pedagógicos eram escolhidos pelas bases. Agora mudou. O governo indica as pessoas para esses cargos. Não estávamos preparados para isto. O que temos que fazer para superar esses problemas? Não adianta somente se lamentar. São propostas que precisamos levantar, aprofundar, pois perdemos muitas coisas. O que temos que fazer. Hoje tem aposentadoria, tem o programa Bolsa Família, a gente não tira isso mais não. Devemos fazer novas propostas de políticas publicas e fortalecer a nossa união a partir da base.

Nonato: Não tem nenhum escrito da obrigatoriedade da historia, matemática, geografia, só a língua português, mas dentro da especificidade. Com o Pirayawara, foram duas fases importantes. A primeira com o ensino da língua nas escolas com a elaboração dos livros na língua Sateré. Depois é que foi introduzida a língua portuguesa. Isto teve um impacto favorável na comunidade. Hoje 50 % dos Sateré falam a língua.

O PPP é de 2001. E a língua é 2 ponto a ser destacado. O projeto foi construído mas depois foi desmontado. Progressivamente. Porque ele avançou muito. E isto aconteceu quando o pessoal teve acesso as Secretaria. E agora esta se fazendo outra discussão.

Esses professores Sydney e outros representam uma nova geração. Antes tinha outra dos mais velhos. Falta geração intermediaria.

O estado nacional, o MEC está tendo o controle. Porque o processo de formação? Educação é o ouro.

Como pensar um processo de 350 anos de contato que absorve o outro para se tornar Sateré.

Tem povos que não tem contato com a língua português. Nos Waiampi, queriam só o Português e matemática apenas para lidar com o mundo de fora. Precisa pensar os projetos de educação para 25 anos, para as próximas gerações. Tem 3 coisas importantes para garantir o futuro:

A história da cosmologia que foi protagonizada pelos mais velhos. Ainda estamos presos à questão da integração. Sateré lida com a cidade há muito tempo. Temos que pautar o projeto político e não ser pautada pelo estado. Não acontece a Convenção 169 da OIT. Temos que fazer acontecer. Independentemente do que acontece, quem traz as propostas do governo, seja índio ou não índio, é a proposta do governo. Precisamos politizar a discussão em termos de formação. Vamos pensar no que vamos fazer. Acompanho a realidade Yanomami do Maturaka, e do rio Negro, magistério 1, depois magistério 2 depois a licenciatura indígena. Temos 12 mestres formados no rio Negro, apenas 01 se integrou no projeto de licenciatura.

Silvio-Secoya: Como verticalizar uma questão que deve ser tratado de outro modo por ser um processo educativo tradicional horizontal. Não precisamos nos apavorar, temos que aproveitar da crise para avançar e refletir. Hoje, não temos recursos para reunir como acontecia antes. Hoje a cooperação internacional está se retirando do Brasil, que já é uma potência e não precisa mais de apoio internacional. Temos que buscar outros meios.

Nonato: O governo tem os recursos necessários, a exemplo dos militares em SGC cujo efetivo dobro. Cadê a turma jovem, nós não preparamos uma geração para avançar e dar continuidade aos trabalhos.

O problema não é a conquista, é manter o território que esta em crise.

Precisamos fazer um pacto contra a alfabetização para a idade certa. Só os índios do MT do sul se manifestaram. Porque ninguém está discutindo o estatuto das sociedades indígenas.

O Davi falou em Nova York, em relação à saúde.

Documento Final / Propostas

Foi decidido de enviar o documento final com sugestões e propostas para as seguintes entidades:

- Gerência de Educação Escolar Indígena do Amazonas
- Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas CEEI/AM
- SEDUC
- MEC
- Conselhos e municípios dos indígenas aqui presentes (Maués, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant e Tabatinga)
- Ministério Público Federal (ou estadual)



Documentos anexos

Anexo 01: Documento final do Seminário: Propostas e Recomendações

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES DO I SEMINÁRIO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO AMAZONAS

A situação atual

- O calendário próprio é rejeitado;
- O sistema de avaliação definido por cada povo indígena não é respeitado pelas secretarias de educação estaduais e municipais e por algumas instituições de ensino superior, pois estas exigem uma avaliação mensurada, de atribuição de notas;
- A educação regular é a única alternativa de continuidade do ensino em muitas aldeias no Estado do Amazonas, trazendo sérios problemas sociais;
- Os pais desvalorizam a educação diferenciada quando levam os filhos para a cidade, porque consideram a educação diferenciada inferior à educação formal;
- Os indígenas das aldeias não são consultados pelos representantes indígenas e não indígenas que moram na cidade e que participam de decisões sem nos consultar;
- Os calendários curriculares dos povos indígenas no Estado do Amazonas não são respeitados, mas são obrigados a seguir o calendário das secretarias de educação;
- Muitos professores indígenas ainda não têm certeza de como se desenvolve, pedagogicamente, a educação escolar diferenciada, de fato;
- Quanto aos impactos da educação escolar diferenciada nas aldeias, há transformações/mudanças parciais positivas, na vida e na organização social de cada povo indígena;

Considerações/constatações relativas à atuação dos órgãos/instituições no desenvolvimento da Educação Escolar Indígena Diferenciada.

Federais:

- Desenvolvem programas e projetos para as populações indígenas, mas não estão consultando as bases indígenas/aldeias indígenas.

Estaduais:

- O projeto Pirayawara é o mesmo para todo o Estado e ainda não houve avaliação e acompanhamento para a (re)elaboração do projeto para atendimento específico em cada município ou para cada povo indígena;

- A UEA, curso Pedagogia Intercultural, se utilizou do mesmo edital de matrícula/oferta para todo o Estado, ou seja, não houve especificidade;

- O CEEI/AM não está cumprindo com o papel que lhe foi designado, no acompanhamento das políticas públicas voltadas para a efetivação da Educação Escolar diferenciada;

Municipais:

- As Secretarias de Educação e conselhos ainda não estão conseguindo atender as demandas das comunidades e povos indígenas;

- Falta elaborar, na maioria dos municípios do Estado, legislação orgânica e educativa específicas para atendimento dos povos indígenas;

- Os prefeitos e setores ligados à prefeitura devem conhecer a realidade de cada comunidade indígena – só assim saberão das reais necessidades de cada lugar.

Diretrizes:

- Repassar o saber às novas gerações para que sejam críticos com uma nova visão, conhecedora de suas identidades;
- Casamento dos conhecimentos tradicionais com os ocidentais, visando diálogo para uma terra sem males;
- Criar mecanismos de resistência através da escola;
- Aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua, com o objetivo de facilitar a comunicação com os não indígenas e como ferramenta de defesa e contribuição as discussões políticas;
- Trabalhar sempre a partir da língua materna;
- A língua deve ser caminho para buscar os saberes tradicionais, através dos velhos, enquanto dicionários vivos;
- Fortalecer a afirmação dos conteúdos e metodologias próprias de cada povo indígena;
- Na produção de conhecimentos científicos, relacionados ao meio ambiente/natureza, valorizar os conhecimentos tradicionais;
- Dar um rosto realmente indígena às nossas escolas;
- Reconhecimento de fato e de direito as escolas indígenas;
- Valorizar os conhecimentos tradicionais para alicerçar as propostas de educação escolar diferenciadas;
- A educação escolar, para cada povo indígena, é uma educação própria. Ela é diferenciada para ou entre outros povos, indígenas e não indígenas;
- Respeitar a diversidade cultural dos povos indígenas.

Recomendações

- 11) Que os materiais didáticos sejam elaborados pelos próprios povos indígenas e as edições sejam agilizadas pelas instituições competentes;
- 12) Que as instituições educacionais federais, estaduais e municipais respeitem os calendários específicos;
- 13) Que os P.P.P.I.'s sejam elaborados com a participação de todos os interessados – professores, alunos, tuxauas e demais comunitários;
- 14) Que o poder público invista e garanta a formação de professores indígenas para o atendimento das reais necessidades da educação diferenciada;
- 15) Cada sala deverá ter, no máximo, 15 alunos por turma, para ter qualidade no ensino;
- 16) Valorizar a organização da turma/sala em forma de círculo, favorecendo a troca de conhecimentos entre professores e alunos;
- 17) Não devemos forçar os alunos a estudar, o interesse deve ser voluntário;
- 18) A educação escolar de cada povo indígena deve ser respeitada, não deve seguir a organização estrutural e pedagógica impostas pelas secretarias de educação;
- 19) Dar continuidade à construção dos P.P.P.I's de cada escola indígena com a participação da comunidade, propiciando a aprovação nas instâncias competentes;
- 20) Avaliar continuamente o desenvolvimento de cada P.P.P.I's;
- 21) Promover mais eventos/encontros de intercâmbio entre vários povos e experiências relativas à educação escolar e a educação escolar indígena;
- 22) Organizar as bases indígenas para fortalecer os movimentos de bases indígenas/comunidades/aldeias;
- 23) Pensar estratégias de reconhecimento e efetivação dos direitos indígenas garantidos nas legislações vigentes no Brasil;
- 24) Refletir, discutir para se chegar a uma “fala unificada” - consenso sobre as problemáticas e possíveis soluções acerca das necessidades das comunidades;

- 25) Sistematizar as consultas e as demandas no atendimento das decisões dos povos indígenas e suas respectivas comunidades/aldeias;
- 26) Escolher representantes que tenham compromisso político-social junto às suas bases (povos indígenas e suas comunidades/aldeias), em cada esfera governamental (federal, estadual, municipal) – assim se pode tentar viabilizar melhorias econômicas, educativas, sociais e culturais para os povos indígenas;
- 27) Sensibilizar os pais sobre a importância da permanência de seus filhos dentro do território, garantindo as condições para um desenvolvimento educacional dentro das perspectivas dos povos indígenas.

Propostas

- As instituições de ensino superior do Estado devem ofertar cursos observando/considerando as especificidades dos povos indígenas, desenvolvendo cursos nas diversas áreas do conhecimento;
- Garantir a consulta prévia às comunidades e povos indígenas para o desenvolvimento de programas e projetos de inclusão digital e tecnológica;
- Promover programa de formação e capacitação de inclusão social e digital para uso das novas tecnologias;
- Efetivar parcerias com instituições públicas, visando continuidade do ensino dentro de cada Território Indígena;
- Proporcionar “capacitação” para se trabalhar com turmas multisseriadas;
- No processo avaliativo, valorizar a avaliação descritiva, a avaliação processual na convivência, ou ainda, procurar formas novas e adequadas de avaliação.

Anexo 02: Relação dos Participantes:

| Nome | Povo | Função | Aldeia / Organização |
|---------------------------------|-------------|---|--|
| Otávio Ironasiteri Yanomami | Yanomami | Professor | Aldeia Bicho-Açu |
| Vicente Ironasiteri Yanomami | Yanomami | Professor | Aldeia Bicho-Açu |
| Vitorino Iximauteri Yanomami | Yanomami | Professor | Aldeia Ixima |
| Mauro Pukimapiweteri Yanomami | Yanomami | Professor | Aldeia Pukima Cachoeira |
| Geraldino Pena Tenorio | Tuyuka | Professor / Coordenador AEITU | AEITU (Associação da Escola Indígena Tuyuka) |
| Nazareno Pereira Cruz | Ticuna | Professor | OGPTB (Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingue) |
| Marke Turu | Matis | Presidente | Associação do Povo Matis |
| Paulo Nascimento | Marubo | Professor | São Sebastião |
| Alfredo Barbosa da Silva Marúbo | Marubo | Professor | Maronal |
| Edson Romualdo de Oliveira | Sateré-Mawé | Professor | Aldeia Vila Nova Dois |
| Bernardo Alves | Sateré-Mawé | Tu'isa (cacique) Professor, Técnico agrícola | Aldeia Nova Esperança |
| Cristina Santos de Souza | Sateré-Mawé | Professora | Aldeia Terra Nova |
| Jocimar | Sateré-Mawé | Professor Graduando em pedagogia | |
| Renato | Sateré-Mawé | professor, graduando em pedagogia | Aldeia Nova Esperança |
| Raquel Pereira Michiles | Sateré-Mawé | Professora graduando em pedagogia | Aldeia Nova Esperança |
| Gleicinete | Sateré-Mawé | Professora Graduando em pedagogia | Aldeia Nova Esperança |
| Juciana | Sateré-Mawé | Acadêmica em pedagogia | Aldeia Nova Esperança |
| Jeffte | Sateré-Mawé | Professor graduando em pedagogia | Aldeia Nova Esperança |
| Aristides | Sateré-Mawé | Professor | Aldeia Nova Esperança |
| Cenilá Santos dos Santos | Sateré-Mawé | Professora, graduando em pedagogia - UEA, curso de | Aldeia Nova Esperança |

| | | | |
|-------------------------|-------------|---|-----------------------|
| | | interculturalidade | |
| Carlos Santos de Souza | Sateré-Mawé | Professor | |
| Francisco Assis Alencar | Sateré-Mawé | Presidente TUMUPE (Organização dos Tuxaua do Marau) | Aldeia Nova Esperança |

Comissão Organizadora:

| Nome | Função | Instituição |
|--------------------------|---|--|
| Silvio Cavuscens | Coordenador Geral | Secoya |
| Judith Schnyder | Assessoria antropológica | Secoya |
| Romy Guimarães Cabral | Consultoria educação | Secoya/Universidade Estadual do Amazonas – UEA |
| Anne Ballester | Consultoria educação | Secoya/Rios Profundos |
| Giacomo Morandini | ICEI (Instituto Cooperação Econômica Internacional) | Coordenador |
| Marizete Morandini | ICEI (Instituto Cooperação Econômica Internacional) | Voluntária |
| Wesley dos Santos Santos | Cinegrafista e estudante | Sateré-Mawé |
| Jesiel dos Santos Santos | Professor graduando em pedagogia | Sateré-Mawé |
| Sidney Michiles | Resp.Projeto Vintequilos/Marau | Sateré-Mawé |

Convidados:

| | | |
|----------------------------------|-------------------------------|---|
| Raimundo Nonato Pereira da Silva | Professor convidado | UFAM |
| Ely Macuxi | Professor | CEEI/AM (Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas) |
| Zélia Lárny | Professora | CEEI/AM (Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas) |
| Otacila Lemos Barreto | Técnica Formadora | Gerência de Educação Escolar Indígena do Amazonas |
| Antonio Tiburcio Neto | Presidente do CGTSM | CGTSM (Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé) |
| Luiz Gonçalves | | Secretaria de Educação de Maués |
| Leonor Neta Toro | Diretora Geral | IFAM Campus Maué |
| Juberson Vilas Boas Macedo | Motorista | IFAM Campus Maués |
| Valdelirio Caetano da Cunha | Pedagogo | IFAM Campus Maués |
| Adilson de Lima Lopes Junior | Coordenador de Extensão | IFAM Campus Maués |
| Andson Breláz | Coordenador Recurso Pesqueiro | IFAM Campus Maués, Projeto de Extensão Pé |

| | | |
|----------|-----------|---|
| | | de Pincha |
| Samuel | Liderança | Comunidade Belo Horizonte |
| Ocivaldo | | Coordenação da Educação Escolar Indígena da SEMED |